República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XL — Nº 104 CAPITAL FEDERAL QUARTA-FEIRA, 4 DE SETEMBRO DE 1985

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 256ª SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE SETEMBRO DE 1985

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discurso do Expediente

DEPUTADO JACKSON BARRETO — Reivindicações dos trabalhadores petroquímicos, particularmente da Nitrofértil, em Sergipe.

DEPUTADO HERÁCLITO FORTES — Reparos a críticas feitas pelo Senador João Lobo ao PMDB do Piauí.

DEPUTADO CELSO PEÇANHA — Documento intitulado "Declaração de Niterói" como conclusão de encontro de vereadores do Rio de Janeiro, ocorrido no dia 11 de julho do corrente.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Iniciativa do Prefeito de Itu — SP, promovendo consulta ao povo para a elaboração do orçamento daquele Município para o próximo ano.

DEPUTADO SÉRGIO LOMBA — Artigo do **Jornal do Brasil** de hoje, sob o título "Ibope e Gallup: análise dos números", de autoria do Secretário da Fazenda do Rio de Janeiro.

DEPUTADO JOSÉ TAVARES — Campanha de descrédito que estaria sofrendo o Congresso Nacional, por parte da grande Imprensa.

DEPUTADO MENDES BOTELHO — Impunidade dos responsáveis pelos chamados escândalos dos colarinhos brancos.

DEPUTADA IRMA PASSONI — Expulsão arbitrária de posseiros em Iturama - MG. Acidente ocorrido ontem em São Paulo, ceifando a vida de trabalhadores rurais.

DEPUTADO HERMES. ZANETI — Apoio da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo à proposta de emenda à Constituição de iniciativa de S. Exª instituindo o voto aos 16 anos.

DEPUTADO WILMAR PALIS — Desapontamento de S. Exª com o Governo da Nova República, face à incapacidade desta em conter a escalada do custo de vida.

DEPUTADO DENISAR ARNEIRO — Apelo ao Ministro da Indústria e do Comércio em favor da revisão de decisão da SIDERBRÁS, que redundou na redução do prazo de pagamento de suas faturas.

DEPUTADO RAUL BERNARDO — Repúdio a dispositivo do anteprojeto de lei da Organização Judiciária de Minas Gerais, propondo o rebaixamento da entrância da Comarca de Pará de Minas, naquele Estado.

DEPUTADO ANTONIO AMARAL — Homenagem póstuma a José Abdalla.

DEPUTADO EVANDRO AYRES DE MOURA — Reivindicações salariais dos bancários.

SENADOR JOÃO LOBO — Resposta ao discurso do Sr. Heráclito Fortes, proferido na presente sessão.

DEPUTADO AGNALDO TIMÓTEO — Esclarecimento sobre tópicos do discurso pronunciado hoje por S Exª na Câmara dos Deputados, criticando figuras da Nova República.

1.2.2 — Requerimento

De presidente de comissão mista, solicitando prorrogação do prazo para apresentação do parecer. **Aprovado.**

1.2.3 — Pronunciamento de Lideranças

DEPUTADO HERÁCLITO FORTES — Aduzindo novas considerações à fala produzida por S. Exª na presente sessão.

DEPUTADO RAUL BERNARDO — Necessidade da inclusão de representantes dos trabalhadores e arquitetos no Grupo de Trabalho para a Reformulação do Sistema Financeiro de Habitação. Apelo pela aprovação do anteprojeto da Comissão Pró-Enquadramento dos Ocupantes das Tabelas Emergencial e Especial, do serviço público.

SENADOR JOÃO LOBO — Apreciação do segundo pronunciamento do Sr. Heráclito Fortes, na presente sessão.

1.2.4 — Comunicação da Presidência

Inclusão em Ordem do Dia, em regime de urgência, de matéria que menciona

1.3 — ORDEM DO DIA

1.3.1 — Leitura de Mensagem Presidencial

Nº 56, de 1985-CN (nº 414/85, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 6, de 1985-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1986.

1.3.2 — Fixação de prazo para a tramitação da matéria

1.3.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas e 47 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 257ª SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE SETEMBRO DE 1985

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS — Solicitando informações à Mesa quanto ao número de jornalistas contratados pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados, vencimentos, carga horária e lotação.

DEPUTADO DARCY PASSOS — Comissão Constitucional designada pela Nova República.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Proposta de Emenda à Constituição nº 41/84, que dá nova redação ao art. 98 da Constituição Federal. **Discussão encerrada,** votação adiada por falta de **quorum.**

— Proposta de Emenda à Constituição nº 42/84, que dispõe sobre a concessão, aos servidores civis e militares da União, de uma gratificação especial natalina. **Discussão encerrada,** votação adiada por falta de **quorum.**

— Proposta de Emenda à Constituição nº 10/85, que institui o 13º salário para o funcionalismo público da União. **Discussão encerrada,** votação adiada por falta de **quorum.**

2.3.1 — Comunicação da Presidência

— Razões pelas quais deixa de convocar, na presente data, sessão conjunta destinada à votação de matérias em regime de urgência.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS
Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS
Diretor Executivo

JOÃO MORAES DA SILVA
Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA
Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre ..... Cr$ 3.000,00

Ano ..... Cr$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

2.3.2 — Questão de ordem

DEPUTADO RAUL BERNARDO — Precedência das matérias em fase de votação das em discussão, na organização da Ordem do Dia.

DEPUTADO DARCY PASSOS, para contraditar — Correção da Presidência na organização da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE — Resposta à questão de ordem suscitada.

2.3.3 — Pronunciamentos

DEPUTADO WALMOR GIAVARINA, pela ordem — Cumprimento do art. 29, § 1º, do Regimento Comum.

DEPUTADO ANTÔNIO DIAS, pela ordem — Defesa da requisição, pelo Presidente do Congresso Nacional, de cadeia de rádio e televisão, para se dirigir à Nação em defesa do Congresso Nacional.

DEPUTADO JOSÉ MACHADO, pela ordem — Defesa da requisição, de cadeia de rádio e televisão, pelo Presidente do Congresso Nacional, quantas vezes se fizerem necessárias.

2.3.4 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa

2.4 — ENCERRAMENTO

Ata da 256ª Sessão Conjunta, em 3 de setembro de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. José Fragelli.

ÀS 19 HORAS E 25 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Heráclito Rollemberg — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Carlos Chiarelli — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS

Acre

Aluízio Bezerra — PMDB; Amilcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL.

Rondônia

Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PFL.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS, Arnaldo Moraes — PMDB; Benedicto Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PFL; João Marques — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; João Alberto de Souza — PFL; José Burnett — PDS; Magno Bacelar — PFL; Nagib Haickel — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; César Cals Neto — PDS; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PFL; Haroldo Sanford — PDS, Leorne Belém — PDS, Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Vingt Rosado — PDS

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluízio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL, Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PFL, Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PFL; Raymundo Asfóra — PMDB; Tarcísio Burity — PTB

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Geraldo Melo — PFL, Gonzaga Vasconcelos — PFL; Inocêncio Oliveira — PFL, João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Mendonça Bezerra — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PFL, Oswaldo Coelho — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Herberto Ramos — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; José Thomaz Nonô — PFL, Sérgio Moreira — PMDB

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PDS, Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Ângelo Magalhães — PDS; Djalma Bessa — PDS, Domingos Leonelli — PMDB, Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; Francisco Benjamim — PFL, Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Penedo — PFL; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Mário Lima — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Virgildásio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PFL; Theodorico Ferraço — PFL; Wilson Haese — PMDB

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Álvaro Valle — PFL; Amaral Netto — PDS; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Clemir Ramos — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; Júlio Caruso — PDT; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Léo Simões — PFL; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Sebastião Ataíde — PFL; Sérgio Lomba — PDT, Simão Sessim — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Altair Chagas — PFL; Antônio Dias — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PFL; Christóvam Chiaradia — PFL; Dario Tavares — PMDB; Delson Scarano — PDS, Emílio Haddad — PFL; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL, Israel Pinheiro — PFL; Jairo Magalhães — PFL, João Herculino — PMDB; Jorge Vargas — PMDB, José Carlos Fagundes — PFL; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Morais — PMDB, José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB, Júnia Marise — PMDB, Luiz Baccarini — PMDB, Luiz Guedes — PMDB, Luiz Leal — PMDB, Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PFL; Ronan Tito — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PMDB; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PFL; Aurélio Peres — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Doreto Campanari — PMDB; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; João Bastos — PMDB; José Camargo — PFL; José Genoino — PT; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Moacir Franco — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB, Renato Cordeiro — PDS; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB, Brasílio Caiado — PDS, Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; José Freire — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB, Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS, Márcio Lacerda — PMDB

Mato Grosso do Sul

Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Saulo Queiroz — PFL.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PFL, José Carlos Martinez — PMDB; José Tavares — PMDB; Leo de Almeida Neves — PDT, Oscar Alves — PFL, Oswaldo Trevisan — PMDB, Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL, Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Ernesto de Marco — PMDB, Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS, Luiz Henrique — PMDB; Manoel de Souza — PMDB, Nelson Morro — PDS; Paulo Melro — PFL; Renato Vianna — PMDB; Vilson Kleinubing — PDS.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Darcy Pozza — PDS, Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB, Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB, José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS, Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS, Osvaldo Nascimento — PDT, Paulo Mincarone — PMDB, Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB, Siegfried Heuser — PMDB

Amapá

Antônio Pontes — PFL, Paulo Guerra — PDS

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — As listas de presença acusam o comparecimento de 46 Srs. Senadores e 305 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado para breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Jackson Barreto

O SR. JACKSON BARRETO (PMDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o grau de consciência do nosso povo avançou a passos largos. Foi o nosso povo que demonstrou uma unidade, uma disposição de luta e uma capacidade de compreensão das contradições do embate que se desenvolvia no nosso País, qualidades raras vezes igualadas em todo o mundo.

Foi esta capacidade e esta maturidade que permitiram a transição pacífica da ditadura para a democracia, na épica campanha de Tancredo Neves, na qual presenciamos alguns dos momentos mais fascinantes da história da Humanidade!

Fomos capazes todos nós, os milhões de brasileiros (salvo alguns raros espíritos dogmáticos e outros de mente corrupta e de traição comprovada aos interesses da Pátria), fomos capazes, depois da devotada campanha das diretas, de enfrentar o autoritarismo no campo que este se apresentava para a batalha, e fomos capazes de transformar o Colégio Eleitoral no colégio da conscientização, do civismo, do patriotismo e da união nacional que culminou com a vitória popular!

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, se todos os segmentos da sociedade brasileira, se todas as classes sociais participaram desta pugna, ao lado dos interesses nacionais, foi seguramente a classe operária, os trabalhadores de todos os quadrantes desta Nação, que vertebraram esta jornada. Não houve, como procuram alguns afirmar, um "complô que elegeu Tancredo". Houve uma batalha impulsionada principalmente pelos trabalhadores que durante anos abriram caminho para a liberdade na base do corpo a corpo, com o fascismo dentro das fábricas e nos campos! O porrete e a demissão massiva eram as formas de transformar os conflitos sociais (gestados pela política de arrocho em cima dos trabalhadores brasileiros e de submissão abjeta aos capitalistas estrangeiros) em casos de polícia! Foram as greves do ABC, na verdade, que abriram a marcha do povo pela anistia; foram as paralisações de metalúrgicos no Rio, São Paulo e Minas, de canavieiros em Pernambuco, de operários, de trabalhadores rurais, de médicos e professores, foram os encontros e congressos de trabalhadores pelo Brasil afora que deram a tônica e o respaldo popular para que toda a frente patriótica enfrentasse as ameaças de retrocesso e pudesse avançar palmo a palmo, encurralando e derrotando a ditadura, pugna por pugna, embate por embate.

O Brasil venceu! A Nova República aí está! Nunca antes foi possível viver neste País com este grau de liberdade.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a liberdade num País como o nosso, assolado por duas dezenas de anos de entreguismo, se traduz numa responsabilidade muito maior e muito mais profunda. A obrigação dos que receberam pelas mãos da confiança popular o papel de comandar, nesta etapa da história, a nossa Pátria é fazer da liberdade uma ferramenta poderosa para promover a justiça

No momento em que desta tribuna faço este discurso, os trabalhadores do Complexo Petroquímico de Camaçari estão em greve e os trabalhadores da Nitrofértil, em Sergipe, se mantêm em estado de alerta. As reinvidicações dos petroquímicos são principalmente, reajuste trimestral, férias em dobro, revogação do Decreto-Lei nº 2.100 e anistia do adiantamento de salário conquistado na última negociação.

Sr Presidente, Srs. Congressistas, estas exigências, que têm levado operários na Nova República à greve, se devem, na verdade, à luta pela reposição das perdas salariais acumuladas nos vinte anos de ditadura e de arrocho salarial brutal. Sabemos que nenhuma economia suportaria a reposição da totalidade destas perdas em alguns meses; e estas reivindicações são no sentido de apenas iniciar a recuperação.

Quando o povo brasileiro saiu às ruas pelas diretas e na campanha de Tancredo, lutava mesmo pelas mudanças, protestava contra o desemprego, o arrocho e o abandono de toda uma Nação por um governo que tinha o Sr. Abi-Ackel como Ministro da Justiça! Mas como dizia, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, foi o compromisso com as mudanças que colocou o povo brasileiro ao lado do Dr. Tancredo Não terá sustentação o governo que deixar de ver esta verdade!

Podemos, no entanto, afirmar que o Presidente Sarney está sensível a esta realidade. Podemos dizer que o novo Ministro da Fazenda enfrenta agora o desafio de, ao lado do restante da equipe econômica do governo, garantir o equilíbrio do sistema financeiro sem prejuízo do desenvolvimento, garantir o desenvolvimento da economia com a melhoria das condições de vida do povo

Enquanto enfrentamos estes desafios, são mais uma vez os trabalhadores que nas suas mobilizações colocam de forma clara o sentido da urgência por medidas que iniciem as transformações num grau de aprofundamento cada vez maior No meu Estado, Sergipe, tivemos na mesma semana a campanha pela Reforma Agrária que levou 5.000 trabalhadores do campo para a Praça Fausto Cardoso e poucos dias depois uma nova manifestação de outros 5 000 trabalhadores; desta vez uma concentração conjunta de bancários, professores universitários, petroquímicos, todos em campanha salarial neste momento. O desafio aí está! Seguramente esta Nação, que foi capaz de vencer o fascismo de forma tão madura, será capaz de vencer vacilações! Os compromissos da Aliança Demo-

crática assumidos em praça pública serão realidade! Mas, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, os trabalhadores nas ruas exigem urgência nas definições, e eu me coloco solidário a eles; coloco-me solidário porque sei que são estas lutas de trabalhadores que mais uma vez impulsionarão as mudanças. Nas afirmações do Presidente Sarney fica claro que os mecanismos de opressão do capital internacional terão de ser rapidamente rompidos. É nesta direção que apontam as lutas dos operários da Nitrofértil em Sergipe empresa hoje dirigida por um homem que foi perseguido por desafiar a ilegalidade e por se colocar firme ao lado da democracia, o ex-Governador Seixas Dória. Mas, como afirmava, as lutas dos trabalhadores da Nitrofértil em Sergipe, assim como as dos trabalhadores do Pólo de Camaçari e das outras campanhas salariais da Nova República. Não se pode dar voltas em círculos para querer se aproximar do objetivo. A retomada do desenvolvimento não vai passar pelo corte nos investimentos governamentais, nem por simples medidas de ordem fiscal e muito menos pelo sacrifício dos assalariados!

Esta já é uma questão consensual no País. Já foi afirmada e reafirmada inúmeras vezes em todos os foruns de debates e particularmente diante dos milhões de brasileiros nas praças públicas: a raiz do nosso atraso está na dependência econômica; o progresso só poderá ser fruto do rompimento com a mesma e, particularmente, com sua forma mais direta, que é o pagamento dos juros da dívida externa. Não há, nem pode haver meio termo nesta questão ou encaramos de frente esta situação e paramos o pagamento dos juros extorsivos para com o superávit das exportações financiarmos o desenvolvimento, ou vamos conviver com o atraso e a injustiça social

Existe por parte do imperialismo inúmeras formas de extrair riquezas do Brasil **royalties** de tecnologia, repasse de lucros de multinacionais, aviltamento dos preços dos nossos produtos no mercado internacional, supervalorização do dólar e outras mutretas É preciso reformular tudo isto; *faz-se necessário e urgente uma nova ordem econômica internacional*. Nem o Brasil nem o Terceiro Mundo como um todo podem mais ser enquadrados como uma porção de "banana republics". Particularmente porque os imensos lucros auferidos pelos países ricos, e pelos Estados Unidos da América em particular, são injetados aos trilhões de dólares na corrida armamentista nuclear, nas tresloucadas e reaganeanas "guerras nas estrelas" e outras sandices que poderiam destruir a humanidade ao apertar de alguns botões! Não é justo, não é possível aceitarmos financiar este absurdo!

Não podemos exigir sacrifícios maiores ainda da classe operária brasileira, pois é exatamente com os lucros advindos desta mão-de-obra barata e aviltada por vinte anos de arrocho salarial que os Reagans da vida financiam esta loucura do perigo da hecatombe nuclear e de quebra ficam com alguns latifes de luxo e banquetes.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, as mobilizações dos trabalhadores sergipanos se dão hoje num período de grande ascensão da consciência política de todo o povo brasileiro. Em Sergipe, o sistema oligárquico e a transferência da mentalidade repressiva para o setor de serviços do Estado, onde se concentram ainda hoje na cidade a maioria dos trabalhadores, aliado a um enorme contingente de reserva de desempregados, fizeram com que se minimizassem as greves, rebaixando os salários. Com a Nova República, passamos a respirar o clima de liberdade maior; cresceram os movimentos e se fizeram presentes as paralisações de médicos e professores. Hoje, é na indústria de ponta da Nitrofértil, com o contingente especializado de processadores petroquímicos e de especialistas em manutenção de instrumentos eletrônicos e elétricos sofisticados, que se dá a tônica no movimento sindical sergipano. Não vemos nestes movimentos algo que deponha contra a Nova República. Muito ao contrário, foi a liberdade conquistada na luta, foi o crescimento da autoconfiança do nosso povo forjado na vitoriosa luta contra o autoritarismo que possibilitou à classe operária levar abertamente as suas reivindicações através de **O Zaga,** jornalzinho da associação dos petroquímicos, antes perseguido.

Competirá à direção das estatais ter a flexibilidade para garantir, na mesa de negociações com os operários, o entendimento capaz de impedir a interrupção da produção, caberá aos trabalhadores a demonstração de fibra para exigir o máximo na atual conjuntura e a maturidade para saber até onde a disposição de avançar de sua categoria. Aliás, dou meu testemunho de que até o presente instante a luta na Nitrofértil tem sido conduzida de forma adulta e impecável pelos trabalhadores e de que o Presidente daquela empresa, o Dr. Seixas Dória, tem procurado obter o máximo para os trabalhadores. Pela conclusão vitoriosa do movimento e pelo sucesso em todos os passos de sua luta são os votos que transmitimos à diretoria da APEQ e a todos os que trabalham na Nitrofértil em Sergipe. A sua vitória é a nossa vitória. Que o caminho do rompimento da dependência encetado com urgência permita o desenvolvimento das lutas e o atendimento das reivindicações num patamar cada vez mais superior!

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o jornal **O Estado,** com circulação no Estado do Piauí, publicou, na sexta-feira passada, inoportuna e infeliz entrevista concedida àquele matutino pelo Senador João Calixto Lobo. Nessa entrevista, S. Exª fez críticas descabidas ao PMDB e à sua atuação naquele Estado. Além do partido como um todo, critica também a sua bancada com assento na Câmara Federal.

A sanha do Senador João Lobo é porque, num compromisso firmado entre o PMDB e o Partido da Frente Liberal o Piauí, presidido, no referido acordo, pelo Governador Hugo Napoleão, acertou-se que, na famigerada divisão dos cargos, naquele Estado, caberia ao PMDB a Presidência do INPS. S. Exª, por ter na presidência daquele instituto, desde a Velha República, um sobrinho seu, revoltou-se contra o acordo então firmado. Critica ainda a tradição do nosso partido e os seus representantes nesta Casa. Logo o Senador João Lobo, que, quando Deputado Estadual, ao ser expulso, na época da ARENA, encontrou abrigo exatamente no MDB, que lhe deu, além do conforto e do abrigo da sigla, a condição de Líder na Assembléia Estadual, para que pudesse melhor reparar os danos e as ofensas sofridas por seus antigos companheiros.

Critica a tradição da Bancada do PMDB com assento na Câmara Federal. Desafio S. Exª a assomar à tribuna, a fim de conceituar, no seu entender, o que seja tradição de uma bancada.

Sr Presidente, Srs. Congressistas, o PMDB piauiense não aceita e repele as acusações inoportunas feitas pelo Senador João Lobo. Apelamos até para que os entendimentos para o preenchimento de cargos públicos fiquem restritos às lideranças. Se alguma queixa ou alguma mágoa tem S. Exª, que vá desabafar com o Governador do Estado, porque foi exatamente S. Exª seu líder e comandante político, Governador Hugo Napoleão, que selou com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro o acordo celebrado.

O PMDB do Piauí não aceita de maneira alguma os insultos e as acusações inoportunas praticadas contra este partido por um ex-membro seu que só abandonou a sua sigla às vésperas do pleito de 82, para disputar o Senado da República pelo PDS.

Repelimos aqui, neste momento, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, as infelizes e inoportunas declarações daquele Senador, e apelamos a S. Exª, que ocupa um honroso cargo de membro da Mesa do Senado Federal, que, afinal de contas, desabafe as suas mágoas com o Governador Hugo Napoleão, que foi, por parte da Frente Liberal, quem assumiu os compromissos e firmou todos os acordos assumidos naquele Estado.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Celso Peçanha.

O SR. CELSO PEÇANHA (PFL — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Associação Brasileira de Municípios — Seção do Estado do Rio de Janeiro — tem sede em Niterói e realizou um encontro, em 11 de julho, para examinar problemas ligados às reivindicações dos municípios brasileiros junto à Presidência da República e ao Congresso Nacional.

Sou Vice-Presidente daquela Associação, e é Presidente o Prefeito de Niterói, o médico Waldenir de Bragança.

Quero ler, Sr Presidente, para que conste dos Anais do Congresso Nacional, "Declaração de Niterói", que procura examinar a problemática da Reforma Tributária de Emergência e apresenta novas sugestões à Presidência da República.

São os seguintes os seus termos:

"Declaração de Niterói

Os Prefeitos do Estado do Rio de Janeiro, reunidos no Encontro de Niterói, organizado pela Associação Brasileira de Municípios — Seção do Estado do Rio de Janeiro — decidiram, por unanimidade:

a) propugnar pela aprovação do Projeto de Emenda Constitucional do Deputado Ayrton Sandoval;

b) ratificar, perante as autoridades competentes, na sua integridade, as proposições constantes da Reforma Tributária de Emergência, apresentadas pela Comissão de Prefeitos e do Governo do Estado do Rio de Janeiro assim resumidas:

1 — altera o dispositivo constitucional que permite à União conceder isenções de impostos estaduais e municipais, exceto aquelas relativas às microempresas; (art. 19, § 2º e L.C)

2 — prevê a incidência do ICM nas saídas de lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos para consumidor, destinando 20% aos Municípios e continuando a tributação da produção, importação ou distribuição na competência da União, que transferirá 60% do produto arrecadação aos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, conforme dispõe o art. 26 da Constituição; (arts. 21, 23 § 1º a e 26)

3 — cria o Imposto sobre a Transmissão da Propriedade de Veículos Automotores Usados, a ser cobrado pelo Estado onde deva ser feito o registro da transmissão do veículo, destina 20% do produto da arrecadação aos Municípios e estabelece que as isenções sejam concedidas por convênios, conforme acontece com o ICM; (art. 23, I)

4 — atribui aos Estados e Municípios o produto da arrecadação do Imposto de Renda retido na fonte pelas empresas públicas, fundações e sociedades de economia mista a eles pertencentes; (arts. 23, § 2º e 24, § 2º)

5 — determina que as alíquotas máximas do ICM, do Imposto sobre a Transmissão de Veículos Usados e do ITBI sejam fixadas por lei complementar, (arts. 23 §§ 3º e 11)

6 — determina o ressarcimento, por parte da União, do ICM deixado de arrecadar na exportação de produtos industrializados, em virtude da imunidade; estabelece, como fonte para o referido ressarcimento, o produto da arrecadação dos Impostos sobre Importação, Exportação e sobre Operações Financeiras; atribui aos Municípios os 20% do mencionado ressarcimento; (art. 23, §§ 5º, 6º e 7º)

7 — dá nova redação ao item do artigo 24 da Constituição e acrescenta o parágrafo 7º, determinando que a lei complementar disporá sobre os critérios para distinguir as atividades sujeitas ao ISS e ICM (art. 24, II e § 7º)

8 — transfere aos Municípios a competência tributária relativa ao ITBI; (art. 24, III e §§ 5º e 6º)

9 — eleva os percentuais atribuídos aos Estados e Municípios, nos respectivos Fundos de Participação, formados pelo produto da arrecadação do Imposto de Renda e IPI, de 14 para 20% e de 16 para 22%, respectivamente; (art. 25)

10 — determina que a União transfira diretamente aos Estados, Distrito Federal e Municípios a parcela relativa ao IUM, ao Imposto Único sobre Energia Elétrica e ao Imposto Único sobre Combustíveis Líquidos e Gasosos; (art. 26)

11 — propõe a revogação do art. 4º, do Ato Complementar nº 36 de 1967, para que os Estados passem a receber o ICM correspondente ao trigo importado pelo Banco do Brasil; (L.C.)

12 — atribui à União 10% do produto da arrecadação da Taxa Rodoviária Única, 40% aos Estados,

Distrito Federal e Territórios e 50% aos Municípios; (L.C)

13 — isenta de IPI a aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários pelos Municípios, cancela os débitos dos Municípios com a Previdência Social, isenta a sua contribuição relativa à parte do empregador e estabelece que, anualmente, o Congresso Nacional deliberará sobre os critérios de distribuição do FINSOCIAL. (L.C.)

c) Persistir na cobrança do débito da União com os Municípios fluminenses, decorrente da Lei Complementar nº 20/1.7.4 — utilizando os recursos cabíveis, inclusive, recorrendo ao Poder Judiciário;

d) Enfatizar o pedido de isenção de IPI na aquisição de máquinas e equipamentos adquiridos pelos Municípios;

e) Extinção dos débitos previdenciários de responsabilidade dos Municípios, isentando-os da parte do empregador.

— Decidiu-se, ainda, fazer chegar os documentos à Presidência da República, ao Congresso Nacional e à Comissão Paritária designada pelo Presidente José Sarney para a Reforma Tributária de Emergência.

Niterói, 11 de julho de 1985. — **Waldenir de Bragança**, Presidente da ABM — RJ — Niterói — **João Luis Gibrail Rocha**, Angra dos Reis — **Renato Lessa**, Araruama — **Luiz Amaral**, Barra Mansa — **Paulo Roberto Duarte Portugal**, Bom Jesus do Itabapoana — **Alair Corrêa**, Cabo Frio — **Rui Coelho Gomes**, Cachoeiras de Macacu — **Nilo Guzzo**, Cantagalo — **Esperidião Calil Filho**, Carmo — **Nassin Pereira Gonçalves**, Casimiro de Abreu — **José Sebastião Castro**, Conceição de Macabu — **Victorino de Araújo Barros**, Duas Barras — **Hidekel de Freitas**, Duque de Caxias — **Claudio Bastos**, Itaperuna — **Édio Muniz**, Maricá — **José Antonio da Silva**, Miguel Pereira — **João Batista Cáfaro**, Itaboraí — **Ivanyr Samuel**, Miracema — **Murilo Alves Ribeiro**, Natividade — **Miguel Abrahão**, Nilópolis — **Paulo Leone**, Nova Iguaçu — **Luiz Augusto Alves de Souza**, Paraíba do Sul — **Délio César Leal**, Paracambi — **José Maria Lima**, Paulo de Frontin — **Noel de Oliveira**, Resende — **Alcebíades de Moraes Filho**, Rio Bonito — **Cid Magalhães Silva**, Rio Claro — **Claudio Feijó Sampaio**, Santa Maria Madalena — **Guilherme Tito Azevedo**, São Fidélis — **João Francisco**, São João da Barra — **Manoel Valência**, São João de Meriti — **Moisés Coutinho**, Sapucaia — **Jurandyr da Silva Melo**, Saquarema — **Geraldo Gomes Rodrigues**, Silva Jardim — **Abel Silva Malafaia**, Santo Antonio de Pádua — **Celso Dalmaso**, Teresópolis — **Dr. Ivan Motta Lagrotta**, Secretário de Fazenda do Rio de Janeiro — **Paulo Roberto de Toledo**, Secretário de Planejamento de Itaboraí — **Paulo de Souza Cordeiro**, Secretário da Fazenda de Nova Friburgo."

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a administração municipal, em conseqüência da reduzida participação dos Municípios na renda tributária nacional, geralmente procura superar essa deficiência financeira apelando para o aumento dos impostos, citando-se casos em que o Imposto Predial e Territorial Urbano apresenta aumentos anuais de 300 por cento, muito superiores às taxas inflacionárias, que não têm chegado somente a 230 por cento.

Além disso, a destinação do produto tributário não obedece a prioridades de cunho social, mas, em grande parte, atende a crescentes dispêndios burocráticos, num empreguismo desenfreado que responde, em grande parte, pelo atraso das comunas.

Diferentemente dessa orientação, o Prefeito Lázaro Punti, da cidade paulista de Itu, promove uma consulta ao povo, a fim de que colabore com ele, mediante sugestões, na elaboração do Orçamento Local, que não deseja se configure numa peça rigorosa, "fria e matemática", exigindo-se a mobilização da criatividade de todos, sem contrariar a lei, no atendimento a indispensáveis mudanças.

Anuncia o Executivo ituano que, em 1986,

> "pretende abrir espaços, no sentido de que as forças vivas da comunidade — sociedades de bairro, sindicatos, entidades filantrópicas, clubes de serviço, igrejas, associações civis e organizações comunitárias — manifestando-se pelo povo, apresentem idéias e sugestões para a elaboração da Lei de Meios".

A convocação para o exercício da democracia participativa, em termos de integração comunitária, exige que se indague do povo onde se devem aplicar os recursos públicos, democratizando-se a proposta orçamentária para plena e fiel execução.

Como essa proposta deve ser enviada à Câmara de Vereadores até o dia 30 de setembro, as sugestões do povo serão recebidas até o dia 31 do corrente.

O exemplo do Prefeito da estância turística de Itu precisa ser seguido em todas as Municipalidades, não apenas de São Paulo, mas de todo o País, porque o desenvolvimento da participação popular no planejamento do progresso e no atendimento às necessidades locais é que definirá o verdadeiro municipalismo, que não consiste, apenas, em obter maiores recursos financeiros para os Municípios, mas na sua aplicação racional e justa, atendendo aos imperativos da integração municipal.

Se o Município é a célula mater da nacionalidade, origem da organização política nacional, torna-se necessário que a sua administração se modernize, a fim de promover o verdadeiro desenvolvimento da comunidade, integrada no processo de crescimento nacional.

Parabéns ao Prefeito de Itu pela sua iniciativa, que deve servir de exemplo aos demais colegas de São Paulo.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sérgio Lomba.

O SR. SÉRGIO LOMBA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o **Jornal do Brasil** de hoje publicou uma análise do economista César Epitácio Maia, Secretário de Estado da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, sobre a questão das eleições de Prefeitos, em que aquela autoridade comenta os resultados de pesquisas do IBOPE, do Gallup e do Instituto Alberto Pasqualini, do PDT, a respeito das eleições deste ano para Prefeito do Rio de Janeiro.

Diz a nota do jornal:

"IBOPE E GALLUP:
ANÁLISE DOS NÚMEROS

César Epitácio Maia
Secretário de Estado da Fazenda

O Ibope e o Gallup, em pesquisas realizadas entre 23 e 27 de agosto, apresentaram para aquele momento as tendências do eleitorado carioca nas eleições deste ano para prefeito. O PDT mantém paralamente a estas instituições seu sistema de pesquisa, o que permite uma permanente checagem entre os três resultados. A última pesquisa do PDT foi realizada entre os dias 20 e 22 de agosto, e assim o partido continuará fazendo, alternadamente àquelas.

Para a comparação de resultados agruparemos os votos conservadores (Medina, Vale, Furtado e Carvalho) e somaremos aos indecisos os brancos.

A comparação das duas últimas pesquisas do Ibope mostra que pouca alteração houve entre as datas. As votações de Saturnino e Leite são estatisticamente as mesmas nos dois momentos. Os votos conservadores cresceram de quase 25% para quase 28%, valor próximo à redução dos indecisos de 22% para pouco mais de 19%. Tal alteração não expressa qualquer tendência. O Gallup explica tal fato em função de que a certeza do voto é maior e crescente na classe A (41%) do que nas classes D e E (19%), ainda. A principal e esperada alteração ocorre na participação de Medina nos votos conservadores que cresce de 55% para 75% deste total entre as datas que o Ibope pesquisou. Portanto não há mudança, reconcentração ou melhoria. O Gallup não apontou tal diferença pelo simples fato de ter realizado sua primeira pesquisa quase duas semanas depois do Ibope. Introduzindo a pesquisa do Instituto Alberto Pasqualini, do PDT, verificamos que os votos conservadores não são diferentes, ultrapassando nela os 25%. A diferença maior está nos votos indecisos que na pesquisa do Ibope quase chegaram a 20%, na do Gallup a 26% e na do PDT ultrapassaram os 30%. A votação de Leite, que nas pesquisas Ibope e Gallup flutua nos 20%, na do PDT atinge 14%. Como no questinário do PDT o consultado é mais questionado, é natural que haja esta permuta entre Leite e indecisos. Isto é explicado pelo efeito Sandra. Ou seja, o consultado, quanto mais longe da eleição se está, mais cita o nome mais conhecido, que conforme o Gallup ainda é Leite, com 44%. Ao ser mais questionado mantém-se como indeciso.

Na pesquisa do PDT Saturnino aparece com 24% do total, valor superior aos 22% do Ibope e dentro ainda da mesma faixa estatística. A soma dos votos de Leite e Saturnino é igual para o PDT e o Gallup, 38%, e pouco maior para o Ibope, 44%. Isto deve se explicar ainda pelo efeito Sandra em Leite.

Aplicando-se aos indecisos um peso de forma ponderada ao nível de indecisão das diversas classes (já que o Gallup informa que não há diferenças sensíveis por idade), a tendência atual pode antecipar a seguinte distribuição final de votação, apenas sobre os votos válidos: Saturnino e Leite somados, 55%; conservadores, 33%; demais, 12%.

Supondo uma dispersão mínima de 10% entre os conservadores menos votados (Vale, Furtado e Carvalho), o limite superior de Medina seria de 30%. Desta forma a possibilidade efetiva de Medina não dependerá dele, que simplesmente repetirá a faixa de votos que os conservadores têm recebido historicamente no Rio (UDN, Lacerda, Arena e Moreira), mas da distribuição final entre Saturnino e Leite.

É interessante a disjuntiva com que trabalha Medina. A retirada da candidatura de Leite só o beneficiaria se ela fosse reduzida aos militantes chaguistas, o que apenas traria efeito positivo se seu número superasse 12% (Miro chegou a 15% tendo um terço de seus votos originados da esquerda). Tal fato não é de nenhuma forma tranqüilo. Estimular o crescimento de Leite é correr o risco de não chegar nem à faixa histórica conservadora, perdendo votos na classe média baixa e deixando de observer alguma votação fisiológica significativa nas classes D e E. A experiência de Moreira, que foi a menor votação conservadora no Rio em todos os tempos, é elucidativa.

Saturnino, por seu turno, terá medina como seu adversário nas urnas, mas não na campanha. Na campanha, seu adversário é Leite, que para Saturnino terá que manter-se como um efeito Sandra, ficando ao final com pouco mais que seus votos próprios, mas vivo para não transferi-los. Para Saturnino, que potencialmente já parte de mais de 25% de votos brizolistas, sua tarefa será identificar-se simbólica e miticamente com o trabalhismo e trabalhar exaustivamente as bases populares menos esclarecidas e no final a boca de urna.

A Leite restará o "suplício" de não poder atacar Brizola, para ter oportunidade de crescer entre os votos populares e manter alguma esperança."

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES (PMDB — PR. Sem revisão do orador.)— Sr. Presidente, Srs. Congressistas, venho a esta tribuna do Congresso Nacional para colocar uma preocupação que acredito seja de todos nós, que fazemos parte desta Casa.

A minha preocupação, Sr. Presidente, Senador José Fragelli, nobres colegas, Deputados e Senadores, é, mais uma vez, relativa ao que a Nação tem assistido em termos de campanha que setores da grande imprensa vêm fazendo contra a Câmara dos Deputados e o Senado da República. Acredito que V. Exª, como Presidente do Congresso Nacional, e o Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Câmara dos Deputados, devem tomar uma providência urgente, enérgica, visando a defender esta instituição.

Esta é a Casa que representa o povo, é constituída de homens honrados, que foram eleitos para representar o povo e zelar muito bem pelo seu mandato. Vimos assistindo, ao longo dos últimos dias, a uma campanha que tem por objetivo nos desmoralizar. Não é possível que nós, Parlamentares, não estejamos conscientes do que está por trás de tudo isto. Não posso, de forma alguma, aceitar que esta campanha cresça de maneira como vem acontecendo e que os Presidente do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados não saiam publicamente no nível que a situação exige, em defesa desta instituição.

Quero também, Sr. Presidente, fazer, além deste apelo a V. Exª e ao Deputado Ulysses Guimarães, outro àqueles que detêm mandatos e que hoje ocupam cargos no Executivo, inclusive ao Presidente da República, José Sarney. Sou Deputado do PMDB e faço parte da Aliança Democrática. Tenho a responsabilidade de dar sustentação ao Governo, e acho que o Presidente José Sarney também tem o dever, cívico até, na condição de ex-Senador, de ter mais consideração para com esta Casa. Tem S. Exª um filho Deputado Federal, tem um Ministério constituído de Senadores e de Deputados Federais. Há um Deputado Federal governando o Distrito Federal.

Essas autoridades também não podem se omitir. Estarão iludidos, Sr. Presidente, em achar que, ficando omissos, numa hora como esta, não estarão sendo atingidos. Todos nós estamos sendo atingidos. Está sendo atingido o Deputado Fernando Lyra, Ministro da Justiça; o Senador Pedro Simon, Ministro da Agricultura; o Deputado Carlos Sant'Anna, Ministro da Saúde; o Deputado José Aparecido, Governador do Distrito Federal; o Senador Affonso Camargo, Ministro dos Transportes; o Senador Marco Maciel, Ministro da Educação.

Em síntese, Sr. Presidente, todos os detentores de mandatos, estando no exercício pleno, aqui, na Câmara, ou no Senado, ou ocupando pastas nos Ministérios, estão sendo atingidos por essa campanha, que, no meu entendimento, serve a outros interesses.

Deve V. Exª, Sr. Presidente, segundo a opinião deste modesto Deputado, assim como o meu querido Presidente Ulysses Guimarães, fazer valer a autoridade dos cargos que V. Exªs ocupam, fazer valer disposições do Código de Telecomunicações para requisitar um horário na rede nacional de rádio e televisão, para repor a verdade, em nome da dignidade do Congresso Nacional. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Mendes Botelho.

O SR. MENDES BOTELHO (PTB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, acredito que ninguém mais do que eu está torcendo para que a Nova República consiga realizar aquilo que vem tentando desde que raiou neste País o dia 15 de março: colocar alguém de colarinho branco na cadeia. Mas já estão me preocupando as arranhaduras que cada vez mais aparecem nesta pretensão, aliás muito louvável, dos nossos governantes. Será que não vamos encontrar alguém digno de uma cadeia de todo esse elenco de corrupção, escândalos, furtos e assassinatos que tanto enlamearam o nosso passado?

Em primeiro lugar, há uma distinção, nesta história toda, que o povo até agora não entendeu bem: a facilidade com que o pobre vai para a cadeia e a dificuldade de um marginal rico encontrar seu lugar ao sol ao lado dos criminosos. Refiro-me aos casos dos colarinhos brancos. Só para citar um exemplo bem-sucedido da Nova República, mas que deixou muitas dúvidas no ar, vamos ao caso do jornalista Mário Eugênio. Falou-se centenas de vezes na participação no crime de pessoas influentes. E, afinal, a chegada aos criminosos deixou apenas um sabor de derrota naqueles que pensavam que finalmente teríamos um figurão da Velha República na cadeia. E aqueles que pareciam os criminosos de primeira linha ficaram como vítima de um processo de difamação.

Tudo isto que estou falando, Sr. Presidente, tem um sentido muito profundo. Não podemos continuar fomentando no povo em geral a idéia de que não existe lei. Por tudo o que tenho ouvido e visto nos últimos meses, só tenho uma conclusão: a lei é fraca para com os fortes e influentes e mostra todo o seu peso para com os pobres. Este é o imperativo do deboche da lei. E isto é tão verdade que todo o mundo passa a raciocinar que crime de colarinho branco não é capitulado em lei. Ou, em outras palavras, chega-se à fórmula para acabar com todos os problemas de violência deste País: dar a todo o mundo um título de "Doutor e um colarinho branco.

Tudo isto me fez lembrar que estamos num ano pré-Constituinte. No próximo ano estaremos elegendo a Assembléia Nacional Constituinte, e é preciso que o povo se alerte para a necessidade de fazer com que a lei volte a imperar neste País.

Eu pergunto, por exemplo, o que a Nova República viu no caso das "polonetas". Que rumo se deu ao inquérito administrativo para apurar as irregularidades no BNCC? Como é que está andando o processo que apura irregularidades e furtos dos hospitais contra o INAMPS?

São coisas que a sociedade também está querendo saber para entender se estamos ou não numa Nova República.

Tudo isto é muito sério, Sr. Presidente, e coloca este País numa posição muito delicada. As notícias dos escândalos aparecem nos jornais de forma a mais negra. Depois, vai-se até o fundo do poço, apurando as ramificações do problema. Mas não aparecem os culpados ou, se eles existem, não vão penar por suas culpas. Neste caso, por exemplo, do BNCC, que envolvia milhões de dólares, um Ministro chegou a ser demitido, houve demissões em outras áreas e ninguém devolveu aos cofres públicos um centavo.

Ora, Sr. Presidente, isto é fazer imperar neste País o deboche. E isto é muito triste.

Não podemos continuar desta maneira, porque senão vamos cair sempre na mesma história repetida recentemente no caso do Sulbrasileiro: o povo é que paga a conta do ladrão, do prevaricador e do sonegador. No Brasil de agora, como no de outrora — e há quem, alegando as levas de criminosos que aportaram aqui no início da colonização veja nisso um vício de origem, os criminosos e bandidos sempre fogem dos mocinhos.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra à nobre Deputada Irma Passoni.

A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, levo ao conhecimento desta Casa que hoje, na cidade de Iturama, Triângulo Mineiro, 70 famílias de lavradores, perfazendo um total de 600 pessoas, foram expulsas de uma gleba de terra abandonada e que elas tinham tomado a iniciativa de ocupar. A expulsão destes lavradores ocorreu sem ordem judicial e foi efetuada com violência. Atualmente aqueles lavradores estão acampados em frente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele Município.

O episódio de Iturama se assemelha ao de Iviema, no Mato Grosso do Sul, quando a Polícia do Governador Wilson Martins, tão ineficaz no combate ao crime, agiu com grande brutalidade na expulsão de lavradores cujo único crime era lutar por um pedaço de terra para trabalhar. Assisti pessoalmente ao drama daquelas famílias de lavradores despejados impiedosamente, sob chuva e frio.

Mas a ocorrência de Iviema aconteceu sob a chamada República Velha. Agora episódio semelhante está tendo lugar sob a chamada Nova República, apesar das promessas e acenos da Reforma Agrária. Chamo a atenção da Casa para a impunidade dos jagunços, que se dão inclusive ao luxo de posarem para a imprensa nacional e jamais são molestados pelas chamadas forças da ordem. Da mesma maneira que registro a grande energia que este mesmo aparelho aplica, quando se trata de reprimir os trabalhadores rurais.

Faço aqui então meu apelo ao Governador de Minas, Sr. Hélio Garcia, ao Ministro da Reforma Agrária e ao Presidente do INCRA, no sentido de que tratem a questão dos lavradores de Iturama dentro da compreensão de que esta é uma questão social e não um caso de polícia.

É preciso que a Nova República se diferencie da Velha não apenas na teoria, mas sobretudo na prática.

Sr. Presidente, quero também registrar um acidente, ocorrido ontem na cidade de São Paulo, quando um caminhão foi colhido por um trem, ocasião em que morreram quinze trabalhadores rurais, entre eles menores e mulheres que se dirigiam ao trabalho, por ineficiência e irresponsabilidade do Governo Franco Montoro e da FEPASA, que há muito deveriam ter construído cancelas que impedissem a travessia de veículos quando passasse a composição férrea. Lamentavelmente, são frequentes e diários os acidentes com "bóias-frias" neste País, onde não há condições humanas de trabalho para esses trabalhadores rurais.

Essa lamentável ocorrência foi registrada pela imprensa da seguinte maneira:

"FEPASA NEGA CULPA DO MAQUINISTA

O Presidente da FEPASA, Sebastião Hermano Leite Cintra, 46, afirmou ontem à tarde que o caminhão que transportava os bóias-frias em Pederneiras "atravessou a passagem de nível na hora em que o trem se aproximava". Segundo ele, um casal que presenciou o acidente informou que o maquinista do trem apitou quatro vezes para avisar que estava se aproximando. O maquinista, disse Leite Cintra, tentou parar o trem, que segundo ele trafegava a 65 km horários, acionando os freios de emergência.

A FEPASA formou uma comissão de inquérito para apurar as causas do acidente e mandou três técnicos, além de assistentes sociais, para Pederneiras. A lista das vítimas: Desiderato B. Silvestrini; Maurício Santana; Claudinéia A. Francisco (menor), Luzia de Fátima Paderes; Jurandir Saraiva de Souza; Paulo Joaquim Souza Afonso; Marli Correia Andrade (menor); Maria Aparecida Ramos; Claudinei Generoso (menor); Luiz Carlos Dias Prado (menor); Natalina Valentim da Silva; Dora Maria P Martinucho; Gesuel R. da Silva (menor); Sirlei da Silva; Wilson José da Silva (menor)."

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Hermes Zaneti.

O SR. HERMES ZANETI (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, recebi da cidade de São Paulo, com data de 15 de julho de 1985, uma nota, cujo teor foi-me solicitado que lesse em plenário. O texto é o seguinte:

"São Paulo, 15 de Julho de 1985.

Exmº Sr.
Hermes Zaneti
D D. Deputado Federal da República Federativa do Brasil
Câmara dos Deputados — Brasília — DF.
Nesta

No dia 15-6-85, realizou-se no Município de São Paulo o Conselho Municipal de Entidades — CME, órgão de deliberação da União Municipal dos Estudantes Secundaristas.

O CME se reúne para discussão e encaminhamentos a serem tomados pela diretoria da UMES.

Fazem parte do órgão todos os Centros Cívicos e Grêmios Estudantis da Capital de São Paulo.

O Conselho aprovou e apoiou a iniciativa do Companheiro no que se refere à sua emenda constitucional, que regulamenta o voto aos 16 anos.

Achamos que esta medida vem no sentido do avanço das transformações democráticas das quais o país necessita.

A juventude, hoje, passa por uma situação grave no Brasil.

São os jovens os que mais sofreram com os 21 anos de autoritarismo em nosso País, foi também a juventude secundarista que teve o seu direito de livre organização tomado.

O autoritarismo fechou os nossos grêmios de estudantes, cassou nossas entidades e nossos dirigentes, queimou as sedes das entidades e, veja só, enquadrou jovens de 16 anos em diante na famigerada Lei de Segurança Nacional.

E agora a juventude brasileira acorda para o novo amanhã, o amanhã da liberdade, da justiça social e de uma sociedade mais justa para o nosso povo.

Gostaríamos que o Nobre Deputado fizesse a leitura desta nota no plenário desta Casa.

Pelo direito de voto aos 16 anos!!!

Pelo avanço nas transformações democráticas em nosso País!!!"

Faço este registro, Sr. Presidente, e agradeço a V. Exª pelas providências no sentido de corrigir um equívoco que havia ocorrido em relação à minha emenda. Minha emenda havia, por equívoco, sido arquivada. Foi desarquivada, está tramitando, e espero que esta Casa possa apreciar o assunto ainda neste Ano Internacional da Juventude, para aprová-lo e engajar a juventude no processo de transformação deste País.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Wilmar Palis.

O SR. WILMAR PALIS (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Senador José Fragelli, Srs. Congressistas, procuramos pautar nossa conduta de acordo com os ditames de nossa consciência e, por isso mesmo, não podemos silenciar nossa voz numa hora em que se procura escamotear a opinião pública brasileira.

A Nova República, para o Deputado Wilmar Palis, é a República do desencanto. Com a morte de Tancredo Neves, o que vemos e o que vimos são apenas artimanhas e jogadas para dar à opinião pública a imagem de um grande Governo, quando, na realidade, o povo está passando fome.

Há poucos dias, tabelaram a carne e, diante da pressão, 48 horas após, o produto voltou a subir e a tabela foi para a lata de lixo.

Agora, vem o Ministro da Fazenda com esse acordo de cavalheiros com os supermercados que, desde a época do Ministro Mário Simonsen — ouso dizer — não passa de uma artimanha, um artifício, uma pantomima, um engodo para a falta de capacidade moral dos homens deste Governo, que inventaram novamente um acordo de cavalheiros. Isto é a maior mentira, porque esse acordo não vai vingar. Ele não existe, é uma panacéia, para iludir a opinião pública brasileira. Quando era Ministro da Fazenda o Sr. Mário Henrique Simonsen, também fez-se um acordo de cavalheiros que, ao final, se tornou até motivo de chacota, porque os preços subiram e ninguém os respeitou. Acordo de cavalheiros com especuladores só pode ser a cadeia, não as ante-salas ou a própria sala do Presidente da República. Vamos observar que esse acordo de cavalheiros é um artifício, é uma mentira, é um engodo apresentado à opinião pública brasileira pela incapacidade e pela falta de moral do Governo que aí está de se impor em favor do povo, fazendo acordo com aqueles que o lesaram.

Sr. Presidente, os dias estão aí. Tabelaram a carne: Cr$ 15.000 o quilo do contrafilé. Vá alguém aos açougues de qualquer recanto deste País, e verificará quanto custa a carne que o Ministro tabelou. Pela falta de vergonha desse Ministro, tornou-se sem efeito a tabela, e a carne subiu.

O povo, abandonado, está entregue à própria sorte. Há comissões sendo nomeadas e grupos de trabalho em funcionamento, mas o povo passa fome. Enquanto mentiam que a inflação era de 7%, os preços subiam vertiginosamente.

Até escrever uma carta tornou-se difícil: vinte gramas, um papelzinho de seda, com o aumento, paga-se quinhentos cruzeiros. E esse é o único veículo de comunicação do qual o pobre ainda pode dispor... Até isso lhe tiraram!

É este o Governo da Nova República: um Governo de falácias, de engodo. Por que o Governo não investe contra os ladrões do povo, os dilapidadores do patrimônio público? Quem é que, até hoje, preocupou-se em denunciar o "homem do colarinho brancô"? Onde está a Nova República? Com a morte de Tancredo, ela acabou. Ao Presidente Sarney faltou autoridade moral, faltou pulso, faltou firmeza para impor o ritmo de que o Brasil necessita; viraram-se Ministros contra Ministros — e, aqui nesta Casa, há cerca de um mês, em discurso no Grande Expediente, já dizia eu que um haveria de sair, porque a guerra intestina era total. Isso eu disse há pouco menos de um mês, e já se comprovam minhas palavras com os fatos.

Sr. Presidente, dói falar daquilo que construímos. Fui o primeiro dissidente no meu Estado e no Brasil que votou nas diretas-já. Mentem aqueles que dizem que eram tancredistas de primeira hora. É mentira! Durante cinco ou seis meses, fui o único dissidente, junto com a Frente Liberal e com Tancredo Neves. E esse mentirosos vêm dizer que eram tancredistas àquela época! Posso desmascará-los pelo calendário, pelos Anais desta Câmara: e é com tristeza em minha alma que digo que, com a morte de Tancredo Neves, acabou-se a Nova República por ele imaginada.

Portanto, é com moral de quem votou nas diretas-já, de quem foi o primeiro dissidente durante vários meses, no seu Estado, o Rio de Janeiro — dissidente antes mesmo de Marco Maciel, que não votaria nas diretas; antes de Aureliano Chaves, Vice-Presidente da República e que não tinha direito a voto, dissedente muito antes de José Sarney, que pedia, na época, a nós, do PDS, para não votarmos nas diretas — e também por ter construído a Nova República, de ter percorrido os quadrantes do País no maior número de comícios, acompanhando aquele paladino da democracia, que é e será Tancredo Neves, que falo com tristeza neste momento.

Nada pedi ao Presidente da República ou a qualquer Ministro. A única coisa que pediria seria para não mentir ao povo, porque sei que ele passa fome. Quando se entra no supermercado não há como comprar, o dinheiro é insuficiente. Concluo, Sr. Presidente, agradecendo a benevolência de V. Exª. Tais fatos tocam-me a alma. Trago o sentimento de ser o vanguardeiro em favor do povo que nos delegou o poder, de virmos ao Congresso Nacional.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Denisar Arneiro.

O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, recebemos apelo de diversas indústrias e distribuídoras das usinas de aço, controladas pela SIDERBRÁS, no sentido de sensibilizá-los para o grave problema que se está criando para todos esses industriais e comerciantes com a redução do prazo de pagamento de suas faturas de 60 para 45 dias.

Alegam que esta redução, além de ser um aumento de preço camuflado, pois prazo é dinheiro, importará também em que os compradores das extremidades do País — sempre com menores recursos — serão os mais prejudicados.

Achamos mesmo, Sr. Presidente, que se trata de uma medida de violência, pois todas as usinas de aço plano são subsidiárias da SIDERBRÁS, não tendo como escapar da imposição de suas regras.

Quem conhece o mercado atual de grande oferta de aço sabe que as distribuidoras, para fazerem caixa e liquidarem seus vultosos compromissos com as usinas siderúrgicas, estão ofertando material abaixo dos preços hoje praticados pelas referidas usinas.

Temos certeza de que não é do interesse da SIDERBRÁS que seus clientes, em curto prazo, se tornem inadimplentes, ocasionando não só prejuízos ao mercado, mas enfraquecendo a atual estrutura do setor, montada e em funcionamento há tantos anos, com real benefício para toda a economia nacional.

Apelamos da tribuna desta Casa para que o Sr. Ministro da Indústria e Comércio, juntamente com a SIDERBRÁS, encontrem uma forma de não penalizar com tanto rigor aqueles que ajudam a grandeza desta Nação num setor tão vital como é o da distribuição de aço.

O governo vem utilizando uma forma madrasta de tratar seus contribuintes, reduzindo prazos para pagamento de seus impostos e taxas, e não será de boa política usar da força de ser o único produtor de aços planos, encarecendo os custos de forma indireta, reduzindo prazos de pagamentos.

Como o mercado internacional tem sido para nós, brasileiros, na área do aço, de muita flutuação, precisamos preservar e incentivar o seu consumo dentro de nossas fronteiras. Comparando com países industrializados o consumo **per capita** em nossa terra, chegamos à conclusão de que por muitos anos ainda seremos subdesenvolvidos, tal a diferença gritante existente, embora já sejamos um regular produtor de aço.

Diante do que acabamos de falar, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, fica aqui consignado o nosso apelo à SIDERBRÁS para que reveja a sua posição e não traga, para o setor consumidor de seus produtos, novos ônus tão repudiados por todos.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Raul Bernardo.

O SR. RAUL BERNARDO (PDS — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, conforme se verifica do texto do Anteprojeto da Lei de Organização Judiciária de Minas Gerais, publicado no Diário do Poder Judiciário, daquele Estado, de 19-7-85, propõe-se, na esfera Estadual, a efetivar o rebaixamento da entrância da Comarca de Pará de Minas, medida inteiramente contrária aos interesses da população do Município, eis que representa o amesquinhamento e a perda de prestígio desse órgão, que vem desempenhando com louvável competência e integridade as funções que lhe estão afetas.

Não há, realmente, como explicar o pretendido rebaixamento de entrância, pois não houve alteração de qualquer espécie nos fatores que concorrem para a determinação do grau de importância da Comarca no contexto da estrutura judiciária do Estado.

Cumpre que se corrija, de imediato, essa flagrante injustiça, motivo de insatisfação e repúdio dos eleitores domiciliados em Pará de Minas, os quais clamam, unanimemente, pelas providências cabíveis das autoridades responsáveis pela matéria.

Face ao exposto, dirijo caloroso apelo ao Governo estadual no sentido de promover as necessárias alterações no citado Anteprojeto de Lei de Organização Judiciária, a fim de que não se venha a consumar aquela medida relativamente a uma cidade ciosa de suas tradições de trabalho e honestidade na busca da realização dos objetivos do Poder Público

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Com a palavra o nobre Deputado Antônio Amaral.

O SR. ANTÔNIO AMARAL (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há homens cuja vida deve ser sempre relembrada, não apenas para cultuar-lhes a memória, mas e principalmente para que, na citação de seus feitos e de suas conquistas, os jovens de hoje possam abeberar conhecimentos e conhecer exemplos de qualidades maiores que credenciam o cidadão à gratidão de seus semelhantes.

Assim é que, com respeito, orgulho e admiração, falo de um cidadão prestante, cuja vida foi toda pontilhada de bons exemplos e marcada com uma invejável chama de otimismo. Refiro-me, e o faço em verdadeira clarinada para conclitar a todos que me ouçam em reverência cívica, ao Comendador José Abdalla, homem que em vida percorreu todos os caminhos na luta pela afirmação. E que em busca de seu próprio destino, não se conformou jamais com a sina de sua origem humilde e lutou qual mensageiro de uma boa nova, trazendo em sua inteligência lúcida e caráter bem formado, a própria solução para suas dificuldades. Desde muito cedo fixou-se na certeza de que só pelo trabalho, só pela constância, só pela coragem indômita de transpor os maiores obstáculos, é que o homem coloca-se acima de seus iguais e se torna líder, e se destaca, e se impõe à sociedade em que vive.

Foi assim sua luta. Foi assim sua vida. Foram assim suas constantes vitórias. Desde moço, José Abdalla, cujo sangue árabe fervilhava em suas veias, não descansou um só instante na luta pela conquista de um grau de escolaridade que lhe propiciasse melhores dias. Identificando-se sempre com as lutas da mocidade, foi plasmar seu caráter em uma escola profissionalizante que lhe deu a grande alegria de poder tornar-se mais íntimos dos jovens de sua terra, na qualidade de dedicado professor. Foi justamente como mestre que ele se tornou benfeitor de centenas de jovens de sua próspera Anápolis, em Goiás, não só pelos ensinamentos que transmitiu, mas primordialmente por sua total dedicação aos mesmos, tanto nas salas de aula como nos momentos de lazer. Na música encontrou ele o maior veículo de ligação com os jovens, em momentos inesquecíveis de enlevo e

suavidade. Ainda hoje ressoam no casario das velhas ruas de Anápolis de ontem, os acordes de sua musicalidade. Não se escreverá jamais a história do ensino em Goiás, sem que se passe obrigatoriamente pelas lições de bondade e de otimismo do Prof. Abdalla.

Numa verdadeira marcha batida em busca do futuro, José Abdalla tornou-se indispensável em todas as iniciativas que procuravam colocar sua terra natal em lugar de destaque. Na vida pública percorreu quase todos os caminhos: — foi Oficial de Registro Civil, Secretário da Prefeitura de Anápolis e Secretário da Fazenda do Estado de Goiás, cargo em que realizou um profundo trabalho de identificação do Governo ao qual servia com escrúpulo, honestidade e dedicação, com as classes empresariais, traduzindo-se esse grande esforço, em espetacular aumento da arrecadação de impostos, sem sacrifício para o contribuinte, que propiciou salutares benefícios para o Estado mediterrâneo. Paralelamente sua vida dinamizava-se na iniciativa privada, motivo maior de seu orgulho de homem realizado, pois foram os frutos de seus sacrifícios que se transformaram nas organizações que hoje compõem o Grupo CCA — Companhia Comercial de Automóveis. Na vida comunitária também ficaram traços relevantes de sua participação: — Presidente da União Varejista de Anápolis, Diretor da Associação Comercial, Presidente do Aeroclube, da Associação Atlética Anapolina, do Clube Recreativo; Fundador do Joquei Clube de Anápolis e do Lions Clube, tendo sido também seu Presidente, e mais do que isto, Governador do Distrito L-13, onde se destacou como grande incentivador e fundador de novos Clubes. Foi ainda Presidente do Conselho Nacional de Concessionários Chevrolet, lugar conquistado graças não só à sua brilhante atuação como um dos maiores e mais destacados revendedores do País, mas também à facilidade que sempre teve em conquistar amigos, com habilidade e com seu admirável sorriso franco.

A atividade que o levou à invejável posição que ainda desfrutava quando deixou a vida, continua nas pessoas de sua esposa e de seus filhos, pois será sempre motivo de orgulho e de justificada dedicação para todos eles. A Companhia Comercial de Automóveis é a própria imagem de José Abdalla. Ele a construiu, ele a dignificou, ele a fez grande e forte, próspera e dinâmica.

Comendador da "Ordem da Solidariedade", Comendador da "Ordem de Montesuma II", da "Ordem do Mérito Empresarial" e da "Ordem do Mérito Alvorada", títulos que serviram para modelar sua eternidade, todos eles concedidos em honra às suas qualidades humanas, à sua generosidade e à sua operosidade como cidadão de excelsas virtudes e mais ainda como empresário eficiente, legítimo e persistente defensor da economia privada; cidadão de virtudes cívicas e incansável batalhador pelo progresso de sua gente.

Estas e inúmeras outras por nós não mencionadas, são as razões maiores que nos levam a prestar esta justa e oportuna homenagem a um brasileiro tão ilustre, verdadeiro alicerce da estirpe de varões que constroem o arcabouço mais sólido da sociedade, responsáveis pelo desenvolvimento de nossa Pátria; esteios vivos de nossas instituições; gerentes eficazes de nossa economia; líderes incontestes nos meios em que vivem; autênticos obreiros da solidariedade.

Seus exemplos, por certo, tornar-se-ão em sementes que caindo em terreno fértil irão gerar frutos sazonados para o alimento de quantos, com os olhos voltados para o passado, irão buscar forças para construir o futuro.

José Abdalla, mesmo tendo sofrido muitas vezes a amargura da incompreensão, não "passou pela vida em brancas nuvens e nem em plácido repouso adormeceu", porque suas realizações aí estão à mão cheia, para atestar e mais do que isto, justificar de maneira incontestável e eloqüente, sua trajetória luminosa.

Sua ação, sua lhaneza de trato e principalmente seu otimismo contagiante continuarão a florescer porque os grandes homens, e José Abdalla o foi, não morrem jamais. Sua vida continuará a ser imitada por quantos fazem o bem, praticam a virtude, amam o trabalho e constroem o futuro.

Deus o tenha eternamente ao Seu lado.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Com a palavra o nobre Deputado Evandro Ayres de Moura.

O SR. EVANDRO AYRES DE MOURA (PFL — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, de início, apresentamos nossa solidariedade ao Presidente José Sarney e a repulsa aos insidiosos ataques que têm sido feitos a S. Exª por aqueles que querem aparecer em manchetes de jornais, atacando-o com calúnias e injúrias.

Em segundo lugar, apelo às autoridades monetárias para que não deixem a classe bancária ir à greve. Trata-se de justa reivindicação dos bancários — no mês em que o índice de aumento é o menor do ano — a incorporação de 25% de abono aos seus salários sobre ele recaindo o aumento. A própria Presidência do Banco do Brasil mostrou às autoridades monetárias que o salário de seus funcionários está apenas 54% do que era em 1979 e, portanto, justo é que o Banco do Brasil dê a incorporação daquele abono.

Uma greve é ainda mais justificável se considerarmos os índices elevadíssimos dos lucros reais dos bancos, lucros que chegam a atingir 2 mil por cento no semestre. Então, não há justificativa para que os senhores banqueiros não concordem com a pretensão dos bancários, que querem a incorporação do abono de 25% e um reajuste de 68% sobre o total. Do contrário, uma greve de 2, 3, ou 4 dias trará um prejuízo muito maior ao País do que as despesas decorrentes da incorporação do abono. Já fui grevista bancário e estarei no meio dos meus colegas para apoiar a greve do dia 15 em favor desse aumento, que é o menor que pode ser dado a eles no restabelecimento dos seus salários.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao Sr. Senador João Lobo.

O SR. JOÃO LOBO (PFL — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ocupo esta tribuna apenas porque o Sr. Deputado Heráclito Fortes, que se ârvora em um dos mosqueteiros da Nova República é do PMDB, trouxe para esta Casa uma série de inverdades. Começou a sua fala considerando infeliz uma entrevista que dei num jornal de Teresina. Naturalmente, essa entrevista deve ter sido muito infeliz para o Sr. Deputado Heráclito Fortes e para os seus correligionários. Mas para os meus amigos, para os meus correligionários foi lufada de coragem, de desagravo e de oxigênio contra a atitude massacrante e impertinente que o PMDB piauiense tem adotado no meu Estado. Esperávamos, Sr. Presidente, que aliados históricos da Aliança Democrática tivessem pelo menos a educação e usassem de bons modos para um convívio pacífico, ameno e cordial, não transformando tudo isso numa verdadeira escalada triunfal de humilhações sobre o PFL piauiense.

Suportamos, durante mais de três meses tudo isso que foi feito no Piauí. Mas de 40 cargos do terceiro escalão estavam postos à disposição da bancada do PMDB, comandados pelo Deputado Heráclito Fortes, mas com isso eles não se conformavam, exigindo que se demitissem amigos nossos que já estavam ocupando esses cargos. Não havia acordo possível com o PMDB, a não ser que aceitássemos a humilhação, o tripúdio sobre amigos nossos que estavam ocupando mansamente aqueles cargos há muito tempo.

Sr. Presidente, suportamos tudo isso calados, sem dizer nada. Esperamos que o bom senso, que a sabedoria política acalmasse o ânimo triunfialista dos homens do PMDB. Mas nada disso aconteceu e, na última quinta-feira, realmente extravasei, em nome dos meus amigos. Disse aos jornais e às rádios que tudo aquilo merecia um basta e que não íamos mais suportar ser pisados e massacrados por um partido que era inexpressível no nosso Estado o PMDB pois que, de cento e quinze Prefeituras, nós, do PFL, temos cento e cinco. Este espelho da situação demonstra claramente que somos majoritários. Não havia razão para que, detendo o Governo do Estado mais de cem Prefeituras, das cento e quinze existentes, suportássemos todo esse triunfalismo, toda essa gala, toda essa exibição, todo esse foguetório de poder dos mosqueteiros da Nova República. Foi isso o que disse na minha entrevista, e que o Deputado Heráclito Fortes considerou infeliz. Nunca fui contra acordo algum. Sou um político com experiência, que sabe que a humanidade e a paciência são grandes virtudes na vida pública. Tenho adotado essas atitudes: tenho sido humilde, paciente e sabido esperar. Mas confundir isso com medo, com subserviência a homens que não têm sabedoria política de conviver com os futuros aliados, é demais.

Sr. Presidente, quero trazer a esta Casa a resposta ao pronunciamento do Deputado Heráclito Fortes, dizendo que tudo que ele falou constitui apenas uma teia de intriga própria de sua mente fértil, que se tem tornado conhecida nesta Casa, mas que é sobejamente conhecida em todo o Piauí. Nós, piauienses, não levamos muito a sério o Deputado Heráclito Fortes.

Quero apenas dizer neste momento que dei a entrevista e respondo pelas palavras que pronunciei durante essa entrevista gravada e escrita.

Não aceitamos humilhações, mas estamos prontos a conviver pacificamente.

Termino, Sr. Presidente, dando por encerrado este incidente, porque julgo que este ambiente não é próprio para tratarmos de assunto tão restrito a um Estado pequeno como o Piauí.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Agnaldo Timóteo.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, hoje foi um dia muito bonito para este Deputado. Da Tribuna da Câmara dos Deputados, onde já estive por mais de 150 vezes desde que aqui cheguei, fiz um pronunciamento que me deixará gratificado pelo resto da vida. Vou até solicitar uma cópia para poder ouvi-lo nas madrugadas e vibrar com o meu desempenho hoje, naquela tribuna.

Fui verificar o discurso nas cópias taquigráficas e constatei que em nenhum momento eu disse que o Presidente José Sarney teria assassinado alguém. Eu disse, sim, que o Presidente José Sarney estaria — condicionei — envolvido em crime de morte. São notícias de jornais, notícias de domínio público. Este Deputado usou palavras violentas contra algumas pessoas que querem se beneficiar dessa pseudonova República, da democracia "de araque", democracia unilateral, que não abre as portas para aqueles que têm coragem de se insurgir contra a farsa, contra a mentira, contra a balela, contra o fisiologismo. Essa é uma democracia de "araquelândia", faz muito tempo. Insurjo-me contra o Sr. Antônio Ermírio de Moraes e contra o Sr. Abílio Diniz, homem que patrocinava os "aparelhos" de tortura para o povo brasileiro e que hoje posa de liberal neste País. Até onde esta Nação será manipulada pela mídia eletrônica para acreditar que esses vigaristas, traidores e desertores têm alguma coisa a ver com democracia e liberdade? São uns vagabundos que se aproveitaram de tudo neste País nos últimos vinte anos.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Peço a V. Exª que use os termos parlamentares permitidos pelo Regimento.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO — Interessante, Sr. Presidente: estamos lendo e até ouvindo que a censura teria acabado neste País. Mas, parece-nos — e esta não é a primeira nem a décima vez que a censura continua imperando aqui no Congresso Nacional, na Casa do Povo — que continuam censurando. Não sei onde acabou a censura, Sr. Presidente. Quero ter o prazer de usar os meus adjetivos mais fortes, mais contundentes e mais violentos contra todas essas pessoas que neste País os merecem. Não disse muita coisa do Presidente José Sarney, mas espero poder dizê-lo algum dia, desde que alguém tenha peito para tomar uma atitude contra este Deputado.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Encerrado o período de Breves Comunicações, antes de dar a palavra aos Líderes, o Sr. 1º-Secretário fará a leitura do expediente que se encontra sobre a Mesa.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO
Nº 12, de 1985-CN

Em 3 de setembro de 1985

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 26, 27, 28 e 29, de 1985, que, "suprime as medidas de emergência, o Estado de emergência e o Conselho Cons-

titucional, instituindo o Estado de Sítio, decretado pelo Congresso Nacional como única salvaguarda do Estado", solicito a Vossa Excelência a prorrogação por mais 30 (trinta) dias do prazo concedido a este Órgão para apresentação do parecer que se encerrará dia 9 de setembro, e já prorrogado por 30 (trinta) dias.

Outrossim, esclareço, que o pedido se justifica pela importância da matéria, objeto de estudo, e que está a exigir do Relator, Senhor Deputado Egídio Ferreira Lima, um prazo mais dilatado para elaboração do parecer.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e distinta consideração. — Senador **Raimundo Parente**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O requerimento lido depende da liberação do Plenário.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram permanecer como se encontram. (Pausa.).

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer como se encotram. (Pausa.).

Aprovado.

De acordo com a deliberação do Plenário, é concedida a prorrogação solicitada.

Como Líder, concedo a palavra ao nobre Deputado Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB — PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, acaba de ouvir a Casa uma viagem ao sonho e ao faz-de-conta do nobre Senador João Lobo. Começa S. Exª faltando com a verdade, quando atribui ao seu partido 105 das 115 Prefeituras do Piauí. O PMDB possui 12, a Frente Liberal possui várias. Faltou com a verdade ainda mais S. Exª quando ocupou a tribuna para dizer que as declarações que deu à imprensa em Teresina teriam sido em defesa dos seus inúmeros amigos. Não; foi em defesa de um sobrinho seu, Superintendente do INPS do Estado, órgão envolvido em fraudes, em falcatruas, como ocorre em todo o País.

Quanto ao que ocorreu com o PMDB do Piauí, ele deveria queixar-se ao Governador do seu Estado, que não confiou a S. Exª a defesa dos interesses do Partido da Frente Liberal, nas questões do segundo escalão. Sabem por quê? Porque, enquanto estava o Governador do Estado correndo risco em defesa da candidatura do Sr. Tancredo Neves, estava o Sr. João Lobo, no Piauí, carregando a mala do Sr. Mário Andreazza e, coincidentemente, aprovando projetos vultosos na SUDENE. Posteriormente, abraçou-se com a candidatura do Sr. Paulo Salim Maluf e, envergonhado com a posição assumida em relação ao Partido, no Estado, não encontrou guarida para filiar-se à Frente Liberal. Assim, pediu abrigo aos companheiros do Senado, onde teve sua filiação endossada por Marcondes Gadelha, da Paraíba. Por isso, nobre Senador João Lobo, é mais fácil pegar um mentiroso do que um coxo.

S Exª foi mais além na defesa dos seus amigos. Um primo seu — nomeação conseguida na sofreguidão da campanha do Sr. Ministro Mário Andreazza — foi indicado para Superintendente do Banco do Brasil naquele Estado. Enquanto a Frente Liberal e o PMDB dialogavam para o preenchimento dos cargos, foi à socapa induzir o Sr. Ministro Antônio Carlos Magalhães a criar uma diretoria na TELEPISA, no Piauí, a fim de nomear um irmão seu, de nome Lafe. Ainda mais, Sr. Presidente, o Sr. Lafe Calixto Lobo, médico conceituado no Ceará, residente em Fortaleza, aposentado por invalidez, com favorecimento de um escritório pelos florianenses residentes naquela Capital, foi indicado pelo Senador João Lobo para ocupar aquele cargo na TELEPISA do meu Estado.

O Senador está descontente e ofendido. O Senador não quer, de maneira alguma, que a Nova República renove os quadros daquela empresa, porque sabe que o posicionamento dos atuais ocupantes dos cargos, que ele quer que permaneçam, não é exatamente o daqueles que lutaram para ver o Brasil transformado e modificado.

A tradição, nobre Senador, faz-se pela palavra e pelo compromisso. Recorda-se muito bem V. Exª da campanha de 1978, quando foi afastado dos palanques, na sua cidade natal, pelo então Governador Lucídio Portella, V. Exª foi buscar abrigo — e o recebeu — na dissidência da ARENA, àquela época, dissidência essa que deu origem ao PMDB. Essa posição, na época, o fez líder do partido na Assembléia. E V. Exª, candidato a Senador pelo PMDB, convencido não sei por quem, resolve candidatar-se a Senador pela legenda do PDS, causando, é verdade, grandes baixas e grandes perdas para o partido naquele Estado. É bom falar-se em verdade, nobre Senador João Lobo. É bom falar-se em compromissos. Mas é bom que V. Exª se queixe ao Governador Hugo Napoleão, porque foi exatamente ele que pediu os cargos e que concordou com a distribuição deles da maneira como foi feita. V. Exª deveria protestar exatamente contra o mandatário maior do Estado, e não contra o partido que apenas cumpriu o dever de efetivar o que havia sido ajustado por acordo previamente estabelecido.

É lamentável, nobre Senador João Lobo, que V. Exª me tenha feito vir à tribuna para tratar do assunto da maneira como estou fazendo. Mas as suas colocações obrigaram-me a dizer o que ocorre no meu Estado. Tanto é verdade o que estou dizendo que a voz de V. Exª foi isolada e não merece sequer o apoio dos seus companheiros de bancada. Tudo o que disse, Senador João Lobo, sobre a nomeação irregular de seu irmão é verdade, e assumo a responsabilidade. A Aliança Democrática, composta pelo PMDB e pela Frente Liberal, o acolheu em seus quadros. Queríamos que essa filiação fosse festiva, que V Exª se tivesse filiado em Teresina, com o Diretório reunido, e não aqui, friamente, no escritório provisório da Frente Liberal. Mas se isso não ocorreu no Piauí, foi porque os companheiros de V. Exª assim o quiseram.

Concedo o aparte ao nobre Senador João Lobo.

O Sr. João Lobo — V. Exª pode encerrar o seu discurso, pois farei uso da palavra, como Líder do PFL.

O SR. HERÁCLITO FORTES — Com muita alegria ouvirei V. Exª nesta noite, nobre Senador, mas, para o bem da estatística, peço a V. Exª que retifique o valor do PMDB no Estado, que é tão "insignificante" que tem na sua bancada, com assento nesta Casa, praticamente o mesmo número de votos que tem o seu partido, a Frente Liberal. Se essa diferença existe, nobre Senador, foi ela conquistada após as eleições de janeiro, que consagraram Tancredo Neves e José Sarney para Presidente e Vice-Presidente da República. Se o acordo firmado entre o PMDB e a Frente Liberal não foi cumprido, se ele não agradou a V Exª no que toca à parte da Frente Liberal, o único e legítimo responsável por isso é o Governador Hugo Napoleão, que resolveu avocar para si todos os entendimentos nesse sentido.

Nós, do PMDB, não temos qualquer responsabilidade pelo preenchimento ou não de cargos, que não estivesse de acordo com os interesses de V. Exª Mas é bom que V. Exª saiba que as substituições estão sendo feitas no Estado na mais perfeita harmonia. Não existe espírito de triunfalismo nem espírito de guerra, porque o único triunfante foi o sobrinho de V. Exª, quando, na Praia de Luís Correia, atacou a figura do Senador Alberto Silva, Líder e Presidente do PMDB no Estado. Se houve triunfalismo, foi quando V. Exª ocupou os jornais do Piauí para dizer que não aceitava, de maneira alguma, que o PMDB afastasse companheiros. Se houve triunfalismo, foi quando V. Exª, há um mês, em tom de deboche, disse que o PMDB se contentasse em preencher os cargos que estivessem vagos ou que fossem criados. E em tom ainda mais jocoso nos atribuiu o direito de preencher a Capitania dos Portos.

Não há triunfalismo, nobre Senador. O que existe é responsabilidade, exatamente daqueles que participaram e que ajudaram a construir a Nova República no País.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Raul Bernardo, como Líder do PDS.

O SR. RAUL BERNARDO (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, efetivamente a Nova República não vai bem. Acabamos de assistir, no entrevero entre um Senador da República do Partido da Frente Liberal e um Deputado Federal do PMDB, a uma discussão em torno de suas posições regionais, no respectivo Estado. Seria bom que se pusesse um pouco de água nesta fervura política, que demonstra, infelizmente, que não vai bem a Nova República.

Passo, agora, Sr. Presidente, como Líder em exercício da Bancada do PDS, a expor as considerações que me trouxeram a esta tribuna.

Através do Decreto nº 91.531, de 15-8-85, o Sr. Presidente da República instituiu, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Meio Ambiente, o Grupo de Trabalho para Reformulação do Sistema Financeiro de Habitação — SFH.

Esse Grupo terá como objetivos básicos analisar o funcionamento do SFH e oferecer ao Governo Federal subsídios e sugestões que possibilitem introduzir na política habitacional modificações capazes de compatibilizá-la com o nosso desenvolvimento social e econômico

Ao indicar, no Art. 2º do decreto, a composição do Grupo de Trabalho, teve a Presidência da República a infelicidade de omitir dois importantes elementos, sem os quais o Sistema não subsistirá: os trabalhadores e os Arquitetos. Os primeiros porque, com seu Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, contribuem com vultosa parcela dos recursos gerenciados pelo Sistema; os segundos porque, profissionais historicamente envolvidos no processo da construção de habitações e utilização do espaço urbano, contribuem decisivamente para a transformação da face das cidades e para o crescimento do setor de construção civil, campo de ação do SFH.

Nada mais justo, portanto, do que ser alterado o Decreto nº 91.531/85, para nele serem incluídos os trabalhadores e os Arquitetos, isto é, os que financiam as habitações e os que as constroem, sobretudo quando sabemos que no citado Grupo existe apenas um representante dos mutuários, embora sobrem outros elementos, destacadamente aqueles envolvidos com a compra e a venda de imóveis, ou melhor, aqueles que exploram os mutuários e que, na verdade, são os maiores responsáveis pelas dificuldades que os adquirentes da casa própria têm enfrentado.

A presença de trabalhadores e dos Arquitetos contribuirá, não há dúvida, para que os recursos do FGTS sejam aplicados na construção de habitações destinadas às populações de média e baixa renda, bem como para estabelecer princípios capazes de assegurar construções resistentes e que não apresentem os defeitos que todos conhecemos.

O apelo da Liderança do PDS é, portanto, no sentido de que o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente adote as medidas necessárias à alteração do Decreto, para a inclusão de um representante dos trabalhadores e outro dos Arquitetos, o que, aliás, é pedido pelos segundos, através de telex do Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil e do Presidente da Federação Nacional dos Arquitetos.

Srs. Congressistas, preocupados encontram-se os milhares de servidores integrantes das tabelas Emergencial e Especial da Administração Federal, em todo o Brasil, com o problema de seu enquadramento, já que mais incertezas terão, à medida que a solução for protelada.

Nesse sentido, a Liderança do PDS acaba de receber telex do Coordenador da Comissão Pró-Enquadramento dos ocupantes das referidas tabelas, lembrando que tramitam no Ministério da Administração estudos sobre o enquadramento desse pessoal, seja da Administração Direta, seja das autarquias, e nos trazendo seu pleito.

É o seguinte o teor do telex:

"Deputado Federal Prisco Viana
Líder do PDS na Câmara Federal
Brasília — DF

Excelentíssimo Senhor

Dirigimo-nos Vossência fim comunicar-lhe encontra-se tramitação Ministério Administração estudos sobre Enquadramento Ocupantes Tabelas Emergencial et Especial Administração Direta et Autarquias Federais vg conforme Portaria nº 503 vg 14-6-85 vg Ministro Administração Solicitamos vossencia interferir junto Ministro Administrativo et respectiva comissão vg se dignem aprovar anteprojeto lei apresentado maio passado vg pela Comissão Pró-Enquadramento Ocupantes Tabelas Emergencial e Especial. Essa aprovação beneficiará cerca 150.000 servidores todo País cujas esperanças vg podemos afirmar vg estão centralizadas espírito justiça governantes hoje representam Nova República SDS.

Raimundo Keydison M. Moares vg Coordenador Comissão Pró-Enquadramento Ocupantes Tabelas Emergencial et Especial (INAMPS)."

O que pretendem esses servidores, como forma de agilizar a solução do problema e adequá-la à realidade — e que endossamos por entender que corresponde aos interesses e às esperanças da maioria, cansada de esperar, já que resultou de estudos cuidadosos por eles mesmos realizados, compatíveis com os objetivos que defendem para o futuro — é que a Comissão criada pela Portaria nº 503, de 14-6-85, do Ministro da Administração, aprove o anteprojeto de lei apresentado, em maio último, pela Comissão Pró-Enquadramento desses servidores, eis que a medida beneficiará cerca de 150 mil brasileiros que vêm desempenhando suas atividades em diversas áreas da Administração Pública, mas sentindo-se sem qualquer segurança quanto ao seu futuro e ao de suas famílias, dada a precariedade da situação em que se encontram.

Meu apelo, na oportunidade, é, portanto, no sentido de que a comissão criada pela Portaria nº 503/85, do Ministro da Administração, aprove sem delongas o anteprojeto da Comissão Pró-Enquadramento dos Ocupantes das Tabelas Emergenciais e Especial, pois é aquele que melhor consulta aos interesses desses servidores, com o que se estará prestando a milhares de famílias e ao próprio Brasil um inestimável serviço.

É a palavra da Liderança do PDS, neste instante, nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao Sr. Senador João Lobo, como Líder do PFL.

O SR. JOÃO LOBO (PFL — PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, volto a esta tribuna apenas para mostrar a esta Casa que tudo aquilo que eu havia começado a dizer anteriormente era verdade. O Deputado Heráclito Fortes, mosqueteiro da República nova, de carteirinha e tudo o mais, continua fazendo os velhos dramas que no Piauí não mais impressionam, porém aqui até causam bom efeito. Tem S. Exª muita divulgação através da imprensa — talvez graças à sua estampa grande, poderosa — mas por tradição política não pode falar.

Sou um político de seis mandatos, tenho toda uma tradição política. Homens se elegem a primeira vez porque enganam o seu eleitorado; a segunda vez porque o eleitorado ainda está em dúvida; a terceira vez porque o eleitorado está perplexo. Mas seis vezes, convenhamos, Srs. Congressistas, é demais para continuar enganando o eleitorado. E isso o Deputado Heráclito Fortes não pode entender, porque chegou a Brasília — agora vou dar apenas alguns dados pessoais muito constrangidamente — como sobrinho afim de um Senador do PDS, Nilo Coelho; logo se agregou ao Ministro da Educação do PDS na época, o General Ludwig, e usou e abusou daquela assessoria parlamentar. Dizem os piauienses — pelo menos é o que consta no Piauí — que trocou a eleição pelas bolsas do Ministério da Educação que chegaram ao Estado.

Mas tudo isso são detalhes históricos que não interessam.

Quero voltar ao tema inicial. O Deputado Heráclito Fortes, que conseguiu nomear todo o mundo, inclusive um irmão para a Diretoria da Caixa Econômica, e um primo para Procurador do Patrimônio do Estado do Piauí, enfim dezenas de nomeações, parece o novo Midas poderoso, que representa esta Nova República e este PMDB forte, amigo dileto do Deputado Ulysses Guimarães e do Ministro Fernando Lyra. Pelo menos é o que S. Exª apregoa alto e bom som em todo o Piauí, e a imprensa piauiense repete, seguidamente, como uma matraca em tempo de Semana Santa.

E o Deputado Heráclito Fortes, sem nenhuma tradição política, a não ser essepasdo meio obscuro e um mandato que pode ser bissexto — pode se reeleger, por isso, o chamei de bissexto — não pode entender que um Parlamentar que tem seis mandatos tem compromisso com os seus amigos e os defende contra todos os arreganhos, ameaças e poderio de grupos organizados de propaganda, como esse que S. Exª tenta manter.

Repito o que disse: o meu sobrinho, médico de reputação ilibada, foi nomeado para a Superintendência do INPS pelo Ministro Hélio Beltrão e lá está à prova de todos os mal-entendidos, apesar de todos os fuxicos e de toda a carga dos adversários gratuitos, como o Deputado Heráclito Fortes. Nunca conseguiu ser atingido. Basta dizer que o homem todo-poderoso da República nunca conseguiu uma pecha de corrupção para jogar neste administrador da Superintendência do IMPS, do Estado do Piauí. No entanto, S. Exª, agora, se julga no direito de reivindicar, em nome do PMDB, o massacre do PFL piauiense. O PFL tem que ser massacrado. Existem quarenta e tantos cargos no terceiro escalão que o Sr. Heráclito Fortes e seus amigos poderiam escolher; têm que escolher o que é ocupado pelo meu sobrinho, para provocar, humilhar, tripudiar, para escalar sobre homens que têm tradições política, que fazem a política do Estado do piauí. E diz S. Exª que o Governador é o culpado.

Deputado Heráclito Fortes, não tenho dono, nem tenho chefe; V. Exª é quem tem chefe. V. Exª é quem tem a quem prestar contas. Eu, não. O Sr. Governador é meu amigo político, mas, daí a falar em meu nome, vai uma distância muito grande. O fato de o Governador ter concordado, ou não, com a saída de quem quer que seja, com o acordo que demitiu meu sobrinho e meu amigo político, do cargo do INPS, não quer dizer que ele conta com a minha aquiescência. Curvo-me ao massacre, mas não o aceito.

Tem o aparte o nobre Deputado Agnaldo Timóteo.

O Sr. Agnaldo Timóteo — Nobre Senador, estou assustado com seu pronunciamento. Estamos sendo massacrados pela mídia eletrônica, que nos acusa de não trabalharmos; somos acusados de ser fisiológicos. E no caso específico deste Deputado, eleito com soma histórica de 503 mil votos, votação nunca conquistada por alguém neste País, assusta-me o que V. Exª acaba de denunciar dessa tribuna, Senador João Lobo, porque Deputado, nesta Casa, me criticam, ironizam, tentam mostrar-me como um monstrinho, apenas por usar uma linguagem mais identificada com o povão. Evidentemente, não tive o privilégio da cultura, como a maioria dos que compõem o Congresso Nacional, não tive o privilégio de ir à faculdade, terminei meus estudos no 3º ano primário, porque era torneiro mecânico e tinha que lutar pela minha sobrevivência e ajudar minha família. Então, Senador João Lobo, não quero acreditar que nesta Casa, a que me honra pertencer, haja alguém que tenha adquirido votos. Não é possível! Fico assustado. O que vou dizer lá no Rio de Janeiro? Que o Congresso Nacional tem alguns representantes que não conquistaram seus votos? Eu não posso acreditar, Senador, e peço a V. Exª que faça uma correção. Deve ser um equívoco de V. Exª Não é possível que alguém aqui dentro tenha comprado votos.

O SR. JOÃO LOBO — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, finalizo meu pronunciamento dizendo que o Deputado Heráclito Fortes, useiro e vezeiro em formular dramas, em fazer aquela epopéia trágica, dramática, promocional — que é o seu forte — diz, notadamente, inverdades.

Eu realmente indiquei, para um cargo que me foi dado na TELEPISA, no Estado do Piauí, pelo Sr. Presidente da República, um irmão, professor universitário, funcionário concursado do INPS, homem de alto nível intelectual e ilibada moral. Mas isto nada tem de mais, porque o Sr. Heráclito Fortes é apenas um Deputado — eu sou um Senador — indicou um irmão para Diretor da Caixa Econômica Federal. Aí, sim. Se há uma proporção e um confronto, que se faça este confronto. Não quero mais estender este assunto.

O Sr. Darcy Passos — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOÃO LOBO — Peço a V. Exª que me deixe encerrar o meu discurso.

O Sr. Darcy Passos — Preciso do aparte, Senador, porque trazer a este plenário a controvérsia paroquial do Piauí não lhe dá o direito de atingir a maioria da Casa dizendo que o Deputado Heráclito Fortes é apenas um Deputado e V. Exª um Senador. Ambos são representantes do povo. E algumas vezes, parece que alguns não sabem ou não se lembram disso.

O SR. JOÃO LOBO — Lamento se pareceu que eu quis diminuir a qualidade do Deputado. Fui Deputado vinte anos e nunca me passaria pela mente este intuito. Apenas queria dar uma escala de grandeza, de proporção aos cargos que foram distribuídos no Estado do Piauí. Apenas isto. Mas nunca com o intuito de menosprezar Deputados que sei brilhantes, lutadores e homens de bem.

Sr. Presidente, encerro este pronunciamento dizendo que o Deputado Heráclito Fortes, conhecido em todo o Piauí como digulgador de inverdades, traz a esta Casa assuntos indevidos, porque a minha entrevista está lá. Se foi infeliz para o Deputado Heráclito Fortes e para o PMDB piauiense, foi uma lufada de oxigênio no espírito e nos pulmões dos nossos amigos e correligionários, que já estavam sem poder suportar a basófia e a escalada triunfal do PMDB piauiense, que é inexpressivo. Repito, neste momento, o que disse em minha entrevista.

Encerro, Sr. Presidente.

O Sr. Sérgio Lomba — Peço a palavra, Sr. Presidente, como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Lomba, na qualidade de Líder do PDT.

O SR. SÉRGIO LOMBA (PDT — RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, recebemos convite do Ministério da Justiça para comparecer, hoje, à instalação da Comissão de Estudos Constitucionais. O PDT quer trazer neste momento — ainda que rapidamente, porque não desejamos alongar demais esta sessão — sua preocupação com o início dos trabalhos desta Comissão.

Se ela não tem o objetivo de influenciar a próxima Assembléia Nacional Constituinte, não entendemos por que foi organizada. O povo brasileiro vai arcar com despesas que não sabemos bem quais serão, mas que certamente serão bem altas, pelo elevado número de componentes do órgão.

Esperamos que o Governo Federal possa, no mais curto espeço de tempo possível, ainda considerando os mais altos interesses do nosso povo, extinguir essa Comissão, que não interessa ao povo brasileiro e aos seus destinos, e nada pode acrescentar aos trabalhos da próxima Assembléia Nacional Constituinte, que tem de ser livre, soberana, e não pode sofrer influências que não as do próprio povo.

O Sr. Heráclito Fortes — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Não vou conceder a palavra a V. Exª, que ficará exaltado e não acabaremos esta sessão hoje. V. Exª já falou duas vezes.

A Presidência comunica que, não tendo sido apreciado no prazo estabelecido no § 1º do art. 55 da Constituição o Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 1985, do Congresso Nacional, referente ao Decreto-Lei nº 2.147, de 1984, será incluído em Ordem do Dia, em regime de urgência, em dez sessões subseqüentes, em dias sucessivos, a partir de hoje, conforme determina o citado dispositivo constitucional *in fine*.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

A presente sessão destina-se à leitura da Mensagem Presidencial nº 56, de 1985-CN, que será feita pelo Sr. 1º-Secretário

É lida a seguinte

MENSAGEM
Nº 56, de 1985-CN
(Nº 414/85, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional

Tenho a honra de encaminhar à apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei de Orçamento que estima a

receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1986, ao mesmo tempo em que cumpro o disposto nos artigos 65 e 66 da Constituição Federal.

2. Este Projeto de Lei de Orçamento reflete diretrizes e prioridades fundamentadas nos princípios básicos que norteiam a Nova República: a independência, a liberdade, a soberania, o desenvolvimento, a opção pelo social e a identidade cultural.

3. O Orçamento da União, peça fundamental do complexo sistema de Administração Pública, deve buscar a compatibilização do difícil equilíbrio entre as limitações dos recursos e as crescentes necessidades de um país em desenvolvimento como o nosso

4. Recessão, ociosidade de recursos e redução na renda são problemas que, somados aos de natureza social nas áreas de educação, de habitação, de transporte e de segurança pública, de elevados índices de mortalidade infantil e geral, de doenças transmissíveis, de desnutrição, de analfabetismo e de desemprego, estão a nos desafiar, requerendo medidas firmes e urgentes.

5. O êxodo das áreas rurais provocou crescimento urbano desordenado, ampliou os níveis de pobreza e gerou insegurança nas grandes áreas metropolitanas.

6. O Nordeste, região mais pobre do País, ao sair de penosa estiagem de cinco anos, foi submetido a uma das piores enchentes. A calamidade dizimou a produção, arruinou e destruiu cidades inteiras, desarticulou o sistema de comercialização, afetou profundamente a infra-estrutura regional e desgastou ainda mais a sua já reduzida capacidade econômica.

7. Todas essas razões levaram-me a eleger o social como a primeira prioridade do meu Governo, com ênfase nas áreas de educação, saúde, segurança pública, habitação popular e emprego, além de efetivo apoio ao incremento da produção agrícola, sobretudo de alimentos básicos, e à imprescindível recuperação da rede viária. Estou, igualmente, privilegiando o Nordeste, com o objetivo de reduzir a enorme disparidade econômica existente em relação às demais regiões do País.

8. O Orçamento Fiscal não pode ser elaborado simplesmente para atender a uma formalidade legal. Antes de tudo, além do atendimento às suas finalidades precípuas no planejamento das atividades do Governo, deve o Orçamento permitir a mais clara identificação do processo de alocação dos recursos públicos, deixando transparente a definição das prioridades governamentais.

9. O artigo 62 da Constituição Federal determina que o orçamento anual compreenderá obrigatoriamente as despesas e receitas relativas a todos os poderes, órgãos e fundos, tanto da administração direta quanto da indireta, excluídas apenas as entidades que não recebam subvenções ou transferências à conta do orçamento.

10. Consagra a nossa Lei Maior, assim, a um só tempo, os princípios da unidade e da universalidade, que, todavia, não têm sido observados em toda a sua plenitude. A receita e a despesa públicas até hoje encontram-se dispersas em três orçamentos distintos — fiscal, monetário e das empresas estatais —, dos quais somente o primeiro é objeto de apreciação pelo Congresso Nacional.

11. A existência de vários orçamentos geridos de forma independente e sem o referendo dos representantes do povo, além de contrariar preceito fundamental do regime democrático, dificulta a formulação e a condução de uma política governamental integrada, distorce a orientação dos recursos em detrimento de áreas prioritárias e tem facilitado a realização de despesas sem a correspondente identificação prévia das fontes de financiamento.

12. A presente proposta já incorpora os gastos públicos de natureza não-reembolsável que vinham sendo contemplados pelo "orçamento monetário", dando-se um grande passo no sentido do preceito constitucional. Não é, ainda, a solução completa e acabada, pois que esta depende dos trabalhos da Comissão de Reordenamento Financeiro do Governo Federal, já instituída, mas certamente permitirá uma visão da situação econômico-financeira do Governo bem mais próxima da realidade.

13 Como podem verificar os Senhores Congressistas, tratam-se de gastos de elevada monta, incluindo incentivos em subsídios diretos e indiretos para setores prioritários da economia e vários outros dispêndios para formação de estoques estratégicos de produtos básicos, voltados para a alimentação popular e para a sustenção de preços mínimos necessários à proteção da atividade produtiva do setor rural contra as adversidades do mercado.

14. É importante ressaltar que esses gastos não estão sendo criados neste Governo; eles já vinham sendo executados através do "orçamento monetário" e tinham como fonte de financiamento a colocação de títulos da dívida pública e a emissão de moeda, prática essa que não permitia ao Congresso Nacional decidir quanto, quando e em que gastar.

15. Nesta oportunidade, devolve-se ao Parlamento essa prerrogativa constitucional, buscando-se os seguintes objetivos principais:

- tornar transparentes os gastos do Governo Federal, explicitando-se os subsídios diretos e indiretos;
- possibilitar uma visão dos gastos públicos mais próxima da realidade, de modo a auxiliar o Poder Executivo e o Congresso Nacional na definição de prioridades;
- explicitar a dimensão do déficit fiscal e a forma de financiá-lo e
- estabelecer limites orçamentários para todas as despesas do Governo, eliminando-se as contas "em aberto".

16. Como conseqüência da unificação ora proposta, evidencia-se antecipadamente a existência de um déficit a ser financiado, o qual, na sistemática anterior, só seria revelado na fase da execução orçamentária.

17. O Executivo, dessa forma, terá condições de propor, no tempo adequado, medidas de contenção dos gastos públicos, de redução dos subsídios diretos e indiretos e de aumento da receita tributária, inclusive pelo aperfeiçoamento dos mecanismos de arrecadação.

18. Essas medidas adicionais minimizarão a necessidade de captação de recursos junto ao setor privado, evitando-se as consequências advindas de uma pressão maior sobre a dívida pública e emissão de moeda no que se refere às taxas de juros e à inflação.

19. Em face do exposto, a Proposta Orçamentária para 1986 apresenta a seguinte visão consolidada:

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

1986

(em Cr$ trilhões)

	COMPOSIÇÃO USUAL	COM INCORPORAÇÃO DE CONTAS DO ORÇAMENTO MONETÁRIO	TOTAL
1 RECEITAS CORRENTES	375,1	40 5	415,6
— Tributárias	305 2	—	305 2
— Outras Receitas Correntes	69 9	40 5	110 4
2 DESPESAS CORRENTES	299 0	152,7	451,7
- Pessoal	96 9	—	96,9
— Encargos de Financiamento	24 6	135,3	159,9
• Internos	3 8	128,4	132 2
• Externos	20 8	6 9	27,7
— Demais Despesas Correntes	177 5*	17.4	194 9
3 (1-2) POUPANÇA EM CONTA CORRENTE	76 1	-112 2	-36,1
4 AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	29 4	13 0	42.4
• Interna	6 2	0 7	6 9
• Externa	23 2	12 3	35 5
5=(3-4) SALDO DE RECURSOS PRÓPRIOS PARA INVESTIMENTO E OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	46,7	-125,2	-78,5
6 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	62,7**	69,8	132,5
7=(5-6) NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO	-16 0	-195,0	-211,0
8=7 FINANCIAMENTO	16 0	195,0	211,0
- Operações de Crédito Internas	0 3	195.0	195,3
Operações de Crédito Externas	15 7	—	15,7

* Inclui receitas de contribuições de Cr$ 27,3 trilhões e transferências a Estados e Municípios de Cr$ 92,3 trilhões

** Inclui recursos do PIN e PROTERRA (FISOCIAL 0,5 trilhão) nacionais e empréstimos externos e ingressos de organismos internacionais

A receita estimada

20 A receita da União para o exercício de 1986 está estimada em Cr$ 656,1 trilhões dos quais Cr$ 626,6 trilhões representam recursos do Tesouro Nacional e Cr$ 29,5 trilhões constituem receitas próprias das entidades da administração indireta que integram o Orçamento da União. Os recursos provenientes da venda de produtos agropecuários e de operações de crédito foram agregados à receita do Tesouro em conseqüência do processo de unificação dos Orçamentos Fiscal e Monetário.

21. A previsão da receita orçamentária apóia-se em um conjunto de premissas, tanto no plano nacional quanto no internacional, que modela o comportamento dos principais indicadores de desempenho da economia brasileira.

22 No cenário mundial, é admitido o crescimento econômico moderado dos países industrializados, taxas de juros internacionais situadas em patamar inferior ao verificado em 1985 e redução dos preços do petróleo.

23. Internamente, o Governo fundamenta a sua ação na retomada do crescimento econômico à taxa próxima a 6% ao ano e na redução da inflação para um patamar de 140% ao final de 1986.

24. Dentre os parâmetros utilizados na estimativa da receita da União para 1986 destacam-se os seguintes:

	1984	1985	1986
	(variação percentual dezembro a dezembro)		
Índice Geral de Preços	223,8	200,0	140,0
Produto Interno Bruto	4,3	5,0	6,0
Produto da Indústria de Transformação	6,0	5,0	6,0
	(Em US$ bilhões)		
Exportações	27,0	25,6	27,5
Importações	13,9	13,6	15,0

25. A arrecadação para 1985, base de projeção para 1986, foi reestimada de Cr$ 82,3 trilhões para Cr$ 137,0 trilhões, em função de novas hipóteses de variação de preços para o exercício de 1985 e das seguintes medidas fiscais:

- elevação das alíquotas do Imposto sobre a renda incidentes nos rendimentos de aplicações de curto prazo e de títulos com correção monetária prefixada;
- eliminação do benefício pecuniário sobre remessa de juros ao exterior e
- antecipação dos prazos de arrecadação do imposto sobre Produtos Industrializados.

26. Para o exercício de 1986, além da transferência de contas do Orçamento Monetário, o Orçamento da União inclui parcela do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, destinado ao Fundo da Marinha Mercante.

27. Com estas medidas, a receita do Tesouro eleva-se em Cr$ 243,5 trilhões, passando de Cr$ 383,1 trilhões para Cr$ 626,6 trilhões, conforme o quadro a seguir:

RECEITA DO TESOURO

1986

(Em Cr$ trilhões)

ESPECIFICAÇÃO	ORÇAMENTO USUAL		ORÇAMENTO UNIFICADO	
	VALOR	%	VALOR	%
RECEITAS CORRENTES	367,1	100,0	415,6	100,0
Imposto sobre a Importação	14,5	4,0	14,5	3,5
Imposto sobre a Exportação	10,0	2,7	10,0	2,4
Imposto sobre a Renda	168,8	46,0	168,8	40,6
Imposto sobre Produtos Industrializados	63,5	17,3	63,5	15,3
Imposto sobre Operações Financeiras	18,3	5,0	18,3	4,4
Imposto sobre Serviços de Comunicações	5,5	1,5	5,5	1,3
Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes	4,5	1,2	4,5	1,1
Imposto Único sobre Energia Elétrica	7,6	2,1	7,6	1,8
Contribuição para o FINSOCIAL	21,7	5,9	21,7	5,2
Cota de Previdência	10,2	2,8	10,2	2,5
Serviços de Comercialização de Produtos Agropecuários	—	—	40,5	9,8
Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	—	—	8,0	1,9
Outras Receitas Correntes	42,5	11,5	42,5	10,2

RECEITAS DE CAPITAL	16,0	100.0	211.0	100.0
Operações de Crédito Internas	0.3	2.0	195.3	93.0
Operações de Crédito Externas	15,7	98.0	15.7	7,0
TOTAL	383,1	—	626.6	—

28. A receita tributária (Cr$ 305,2 trilhões) permanece como a mais expressiva fonte de recursos do Tesouro Nacional, respondendo por 73% das receitas excluídas as operações de crédito. O Imposto sobre a Renda destaca-se como seu principal componente, participando em 55% do total dos tributos.

29. Considerando-se apenas a parcela do Imposto sobre a Renda retida nas fontes pagadoras, a receita decorrente dos rendimentos de capital representa aproximadamente 50%, observando-se um crescimento mais do que proporcional em relação às demais componentes e evidenciando um deslocamento do ponto básico de apoio da tributação para esse tipo de rendimento

30. A *participação da arrecadação do setor fumo*, que já representou 50% do total do Imposto sobre Produtos Industrializados, deverá restringir-se a 22%.

31. Nos impostos sobre o comércio exterior, as vendas externas de café, cacau e seus derivados e suco de laranja responderão por quase 90% da receita do Imposto sobre a Exportação. O Imposto sobre a Importação continua sendo utilizado como instrumento de controle seletivo dos gastos do País com produtos estrangeiros, *atendendo ao objetivo governamental de gerar superávits* comerciais que equilibrem a conta de transações correntes.

32 As contribuições para o FINSOCIAL, o Salário-Educação e a Cota de Previdência representam Cr$ 38,3 trilhões, integralmente aplicados na área social. A contribuição para o PIN e o PROTERRA, destinada às regiões Norte e Nordeste, está estimada em 8,5 trilhões

A Despesa Fixada

33 De acordo com a técnica de orçamento-programa, a identificação das ações a serem executadas dá-se através de atividades e projetos cujas dotações decorrem de criteriosa análise das prioridades e preocupações já mencionadas nesta Mensagem.

34. O compromisso com a prioridade social materializa-se mediante a destinação preferencial de recursos. Estão adquadamente contempladas as ações voltadas para suplementação alimentar das populações de baixa renda, controle de doenças transmissíveis, programas de saúde dedicados à mulher e à criança, saneamento básico e educação.

35. A educação cabe destaque especial, como investimento que o Governo considera da máxima importância para a formação das futuras gerações. A Emenda Constitucional nº 24/83 destina 13% da receita líquida de todos os impostos arrecadados pela União para a educação, num total de Cr$ 28,0 trilhões, dos quais Cr$ 27,5 trilhões são aplicados através do Ministério da Educação e entidades supervisionadas. Os programas educacionais beneficiam-se, também, de volumosas transferências de recursos aos Estados, Distrito Federal e Municípios, notadamente o ensino de primeiro e segundo graus.

36. As seguintes ações prioritárias foram contempladas com recursos que representam um crescimento real de 54,1% em relação às despesas programadas para o corrente exercício: ensino regular, livro didático, formação profissional para os setores primário e secundário e educação pré-escolar

37 Os recursos para as ações de saúde tiveram um incremento real de 50,7% em relação ao exercício de 1985, destacando-se o saneamento básico no meio rural e os seguintes subprogramas: controle de doenças transmissíveis, produção de profiláticos e terapêuticos, alimentação e nutrição e saúde materno-infantil

38. As dotações para habitações urbanas, controle da poluição e defesa contra as inundações foram beneficiadas com incremento real de 432% em relação a 1985

39 Para a implementação da reforma agrária e a *promoção dos assentamentos rurais* os recursos apresentam crescimento real de 328% em relação a 1985.

40 Na agricultura, as prioridades são de incentivo ao pequeno e médio produtores, os programas de irrigação e a produção de sementes selecionadas, visando a uma oferta maior de alimentos básicos à população. As ações de pesquisa e extensão rural, como mecanismos de apoio, estão, igualmente, privilegiadas.

41 A recuperação da malha rodoviária, importante patrimônio nacional, está adequadamente atendida, apresentando crescimento real de 92% em termos de recursos do Tesouro. Para a melhoria do sistema de transportes urbanos e suburbanos nas áreas metropolitanas mais densamente habitadas, os investimentos apresentam aumento real de 31,7%.

42. O crescimento real de 34,4% dos recursos aplicados em ciência e tecnologia beneficia diretamente os programas de apoio à pesquisa, de financiamento de estudos e projetos, de bolsas de estudo e de informática.

43. No que se refere à natureza econômica da despesa, o alto grau de comprometimento do Orçamento com pessoal e com a amortização e dos encargos da dívida pública reduz sensivelmente a capacidade do Governo de investir. As despesas com pessoal estão previstas em Cr$ 96,9 trilhões, sem incremento da força de trabalho promovendo-se somente a compatibilização entre as previsões dos reajustes salariais e as variações do custo de vida, medidos pelo INPC.

44. As amortizações e os encargos da dívida pública (interna e externa) elevam-se a Cr$ 202,3 trilhões, dos quais Cr$ 42,4 trilhões para amortização e Cr$ 159,9 trilhões para os encargos. O montante necessário para honrar os compromissos com a dívida representa mais de 32% do total da despesa orçamentária, o que constitui importante restrição financeira.

45. Os investimentos para atendimento das contrapartidas elevam-se a Cr$ 9,3 milhões do Tesouro Nacional Para determinar esse montante, procedeu-se a uma rigorosa avaliação dos projetos financiados por agências internacionais, visando a enquadrá-los nas novas prioridades governamentais e a ajustá-los às reais possibilidades de atendimento aos compromissos decorrentes.

46 As transferências aos Estados, Distrito Federal e Municípios alcançam Cr$ 92,3 trilhões, o que representa 22,2% do total das receitas correntes.

47 A proposta incorpora gastos de Cr$ 235,5 trilhões das autoridades monetárias para aquisição de produtos agropecuários, subsídios aos programas oficiais de crédito e os encargos da dívida pública, que permaneciam fora o Orçamento da União. Em conseqüência, evidencia-se uma necessidade de financiamento de Cr$ 195,0 trilhões do setor público.

48. Em virtude do disposto no § 1º do artigo 62, da Constituição Federal, as receitas diretamente arrecadadas pelas entidades supervisionadas, bem como sua aplicação, no montante de Cr$ 29.5 trilhões, encontram-se incluídas de forma global na proposta

Senhores Membros do Congresso Nacional:

49. As páginas que se seguem espelham, em detalhe, o esforço do Poder Executivo em atender as prioridades que a sociedade brasileira justamente reclama, assim como dotar os órgãos e as entidades que têm a seu encargo as ações governamentais com os recursos que as restrições financeiras permitem.

50. Na oportunidade, reitero a Vossas Excelências a expressão do meu mais elevado apreço.

Brasília, 29 de agosto de 1985. — **José Sarney.**

(*) PROJETO DE LEI nº 6, de 1985 (CN)

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1986

(*) Será publicado em suplemento à presente edição

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — De acordo com o disposto no artigo 90 do Regimento Comum, a matéria que acaba de ser lida será examinada e receberá parecer da Comissão Mista de Orçamento, designada por esta Presidência na sessão do Congresso Nacional de 14 de junho próximo passado, às dezoito horas e trinta minutos, e *reformulada na sessão conjunta de ontem*, às dezoito horas e trinta minutos.

Os Srs Parlamentares poderão oferecer emendas, perante a Comissão, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da distribuição dos avulsos.

Publicado o Parecer da Comissão Mista e distribuídos os respectivos avulsos, esta Presidência, esgotado o prazo de 5 dias previsto no artigo 97 do Regimento Comum, convocará sessão conjunta para apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas e 47 minutos, neste plenário, destinada à apreciação das seguintes Propostas de Emenda à Constituição.

Nº 41, de 1984, que dá nova Redação ao art. 98 da Constituição Federal.

Nº 42, de 1984, que dispõe sobre a concessão, aos servidores civis e militares da União, de uma gratificação especial natalina, e

Nº 10, de 1985, que institui o 13º salário para o funcionalismo público da União.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 45 minutos)

Ata da 257ª Sessão Conjunta, em 3 de setembro de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. José Fragelli.

ÀS 20 HORAS E 47 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Heráclito Rollemberg — Jutahy Magalhães — *Lomanto Júnior* — *João Calmon* — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Carlos Chiarelli — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluízio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB, Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL;

Roudônia

Francisco Sales — PDS; Leónidas Rachid — PDS; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PFL.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Arnaldo Moraes — PMDB; Benedicto Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PFL; João Marques — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; João Alberto de Souza — PFL; José Burnett — PDS; Magno Bacelar — PFL; Nagib Haickel — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; César Cals Neto — PDS; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PFL; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL;

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluízio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PFL; Raymundo Asfóra — PMDB; Tarcísio Buriti — PTB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Geraldo Melo — PFL; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Herberto Ramos — PMBD; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; *José Mendonça Bezerra* — PFL; *José Moura* — PFL; Josias Leite — PDS; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Coelho — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; José Thomaz Nonô — PFL, *Sérgio Moreira* — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Ângelo Magalhães — PDS; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Penedo — PFL; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Mário Lima — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Virgildásio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PFL; Theodorico Ferraço — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Álvaro Valle — PFL; Amaral Netto — PDS; *Carlos Peçanha* — PMDB; *Celso Peçanha* — PFL; *Clemir* Ramos — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; Jiulio Caruso — PDT; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Léo Simões — PFL; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Sebastião Ataíde — PFL; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PFL, Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Altair Chagas — PFL; Antônio Dias — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PFL; Christóvam Chiaradia — PFL; Dario Tavares — PMDB; Delson Scarano — PDS; Emílio Haddad — PFL; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jairo Magalhães — PFL; João Herculino — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Machado — PFL. José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Morais — PMDB; *José Ulisses* — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB. Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PFL; Ronan Tito — PMDB; Rondon Pacheco — PDS, Rosemburgo Romano — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS, Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PMDB; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PFL; Aurélio Peres — PMDB; Cunha Bueno — PDS, Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Doreto Campanari — PMDB; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB, Gastone Righi — PTB; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; João Bastos — PMDB; José Camargo — PFL, José Genoino — PT; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Moacir Franco — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS, Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB, Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB, Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB, José Freire — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Márcio Lacerda — PMDB;

Mato Grosso do Sul

Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Saulo Queiroz — PFL;

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB, Ítalo Conti — PFL; José Carlos Martinez — PMDB; José Tavares — PMDB; Leo de Almeida Neves — PDT; Oscar Alves — PFL; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL, Renato Bernardi — PMDB, Renato Johnsson — PDS; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB,

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Ernesto de Marco — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Manoel de Souza — PMDB; Nelson Morro — PDS: Paulo Melro — PFL; Renato Vianna — PMDB; Vilson Kleinubing — PDS;

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Pai-

xão — PDT: Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Siegfried Heuser — PMDB;

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PMDB.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — As listas de presença acusam o comparecimento de 46 Srs. Senadores e 305 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Mendonça de Morais.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, o Congresso Nacional, através da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, vem sofrendo uma campanha difamatória, colocando-nos numa posição vexatória junto ao povo que, induzido e seduzido, acredita na informação da imprensa escrita, televisada, como também do sistema de rádio e de todos os seus componentes.

O Congresso Nacional tem, no seu corpo de funcionários, um número — que ainda não sabemos o tamanho — de pessoas tidas, havidas e tituladas como jornalistas. Este Parlamento tem servido de cabide de emprego para muitos daqueles que hoje nos detalham, retalham e nos massacram perante a opinião pública. São jornalistas que vivem às custas do dinheiro público nacional, que não têm a responsabilidade de conduzir o sistema político da Nação, mas têm o patrocínio para nos achincalhar, sem distinguir quem quer que seja.

Em face do exposto, Sr. Presidente, e diante deste Congresso aqui reunido, requeiro a V. Exª o seguinte: em primeiro lugar, informar a mim e à Nação quantos jornalistas foram contratados para trabalhar no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, seus respectivos nomes, sua carga horária de trabalho e seus vencimentos, de onde estão lotados (Muito bem! Palmas.); em segundo lugar, se trabalham no Comitê de Imprensa, na Assessoria Jornalística de algum grupo parlamentar ou confinados nos escritórios ou corredores desta Casa, ou ainda nas Comissões aqui instituídas permanentemente. Isto porque, na sexta-feira última, quando todo mundo sabe que não existem reuniões de Comissão, lá foram alguns jornalistas nos fotografar "ausentes" (Palmas.) como espíritos andantes por este imenso Congresso Nacional.

Ainda há mais, Sr. Presidente. Requeiro a V. Exª nos informe por escrito quais as atribuições dos jornalistas aqui dentro, porque, pela doutrina, competem ao legislador, ao Poder Legislativo, três tarefas fundamentais: uma, a de fazer leis; outra, a de representar seu povo aqui, e por último a de ser o equilíbrio dinâmico que faz uma Nação ir para a frente, o seu equilíbrio social e político. Não consta da Constituição, de nenhuma legislação ou doutrina sábia do mundo, que compete a legisladores ficarem confinados entre paredes de um lugar chamado plenário, para votação. (Palmas.) (Muito bem!)

Assim sendo, Sr. Presidente, trago o meu repúdio, porque não preciso das páginas dos diários nem de cobertura de jornal algum para ser Deputado. Antes eu era conhecido apenas por meus eleitores, aqueles que recebem e receberam por muitos e muitos anos a minha presença efetiva como advogado militante, como conferencista e como homem que, sobretudo, procurou difundir a verdade e não a mentira imposta, financiada e paga contra este Plenário, contra este Congresso. Aqui estou para defender o Congresso Nacional, honrando os votos que recebi, sendo um homem desconhecido da imprensa nacional, mas conhecido daqueles que para aqui me trouxeram, onde me conhecem, julgam e me julgarão o ano que vem. Não tenho meu lugar de Deputado disponível para alguém que está financiando essa campanha sórdida contra o Poder do equilíbrio nacional, chamado Poder Legislativo. Não tenho meu mandato nem mesmo meu lugar disponível para quantos estão por aí ideologicamente querendo desmoralizar-nos, um a um, e a todos em conjunto. É necessário que tenhamos coragem de enfrentar todos os riscos da difamação da televisão, dos jornais, imprensa escrita e falada, mas tenhamos a coragem de dizer a verdade, porque a luz não foi feita para ficar debaixo da mesa. A verdade não foi feita para ser achincalhada. Por isso é que venho aqui, não para pedir que citem o meu nome nos jornais, porque não preciso deles. Em momento algum deles precisei, para aqui estar representando o povo da minha sofrida Minas Gerais, do meu sofrido Alto Parnaíba que, pela primeira vez, tem nesta Casa, um filho trabalhando permanentemente na defesa da verdade, porque a verdade é que salva o Brasil. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Sr. Deputado, solicito a V. Exª que faça o requerimento por escrito, para despacho do Presidente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Passos.

O SR. DARCY PASSOS (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ao longo dos dias que correm, nesta Casa e fora dela, critica-se com palavras cáusticas, critica-se com palavras menos contundentes, critica-se por ações, critica-se por omissões a Comissão Constitucional constituída pela Nova República.

Todas as Constituições brasileiras — a única exceção é a Constituição sumamente autoritária de 1969, que ainda assim foi feita por uma comissão, mas de três oficiais generais — todas elas tiveram o trabalho preparatório de comissão. A Constituição Imperial de 1824 teve a chamada Comissão dos Três, de que foi revisor Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. A Comissão de 1891 foi preparada pela Comissão dos Cinco, com revisão feita por Rui Barbosa. A Constituição de 1934 foi elaborada pela chamada Comissão do Itamarati. A Constituição de 1946 trabalhou sobre o texto da antiga Constituição de 1934. A Constituição de 1937, embora ditatorial, foi elaborada por uma comissão. A própria Constituição de 1967 foi preparada por uma comissão de três juristas, entre os quais, Temístocles Cavalcanti e Seabra Fagundes. Na verdade, na história do Direito Constitucional brasileiro sempre ocorreu o que ocorre agora. Não sei se aqueles que fazem críticas abertas ou veladas a essa Comissão Constitucional são contra o Direito Constitucional ou a sua história. A tradição brasileira é esta.

E eu diria mais: a Câmara dos Deputados, componente desta Casa, por requerimento de todas as Lideranças, constitui outra comissão no âmbito do Poder Legislativo. Muitos de nós — e eu gostaria que fôssemos todos nós — estamos por aí como caixeiros-viajantes levando a mensagem e a proposta da Constituinte. E o que fazemos nas palestras e nos debates, senão reunir um conjunto de cidadãos interessados pela Constituição? Creio, como Tancredo Neves, que ela não deve ser obra de filósofos, juristas e políticos. Ela deve ser, tanto quanto possível, obra do conjunto dos 130 milhões de cidadãos. Mas nada obsta, e isso não chega a ser desdouro, que alguns juristas de renomadas bem como mulheres, negros e representantes de trabalhadores da terra, se reúnam para aplainar o caminho da Constituinte. Afinal de contas, no Evangelho, João Batista teve a grande tarefa de aplainar os caminhos do Senhor. Já a Bíblia dizia: "mandarei um anjo que há de preparar as pedras em que pisarás". Então essa preparação de nada prejudica o trabalho da Constituinte. Por outro lado, aqueles que criticam o trabalho dessa e de muitas outras comissões constitucionais que surjam, nada fazem senão alardear impotência da Constituinte ainda não eleita, porque admitem que o trabalho prévio violenta sua soberania. Mas uma Constituinte assim tão pobre, tão fraca, tão rastejante que, por existir um anteprojeto ou um estudo, deixa de ser soberana, não merece o nome de Assembléia Nacional Constituinte. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Não há mais oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 1984, que dá nova redação ao art. 98 da Constituição Federal, tendo

PARECER, proferido oralmente pelo Senhor Senador Nivaldo Machado, pela aprovação da Proposta e pela prejudicialidade da de nº 42, de 1984, que com ela tramita.

Em sessões conjuntas realizadas em 28 de março, 4 de junho e 7 de agosto do corrente ano, a matéria deixou de ser apreciada por falta de **quorum** para o prosseguimento dos trabalhos.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

A Proposta de Emenda à Constituição, nos termos do art. 48 da Lei Maior, exige **quorum** de 2/3 da composição de cada Casa para deliberação.

Dada a inexistência desse **quorum**, em plenário, deixa de ser procedida a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) —

Item 2:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 1984

(Tramitando em conjunto com à PEC/41/84)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 1984, que dispõe sobre a concessão, aos servidores civis e militares da União, de uma gratificação especial natalina.

Em sessões conjuntas realizadas em 28 de março, 4 de junho e 7 de agosto do corrente ano, a matéria deixou de ser apreciada por falta de **quorum** para o prosseguimento dos trabalhos

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada.

Encerrada a discussão, deixa, igualmente, de ser procedida a votação por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) -

Item 3:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10, DE 1985

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 1985, que institui o 13º salário para o funcionalismo público da União, tendo

Parecer favorável, sob nº 17, de 1985-CN, da Comissão Mista.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão conjunta de 7 de agosto próximo passado, às vinte horas e quarenta e cinco minutos, deixando de ser apreciada por falta de **quorum** para o prosseguimento dos trabalhos.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada.

Encerrada a discussão, deixa de ser procedida a votação por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Nos termos do art. 55, § 1º, **in fine**, da Constituição, a Presidência de-

veria convocar sessão conjunta a realizar-se hoje, neste plenário, destinada à votação dos projetos de decreto legislativo nºs 10 e 17, de 1985-CN (6ª Sessão) e 16, de 1985-CN(1ª sessão)

É evidente, contudo, que não haverá **quorum**. Então deixo de convocar a próxima sessão.

O Sr. Raul Bernardo — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Raul Bernardo para uma questão de ordem.

O SR. RAUL BERNARDO (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, desejo consultar V.Exª sobre o seguinte: diz o art. 34 do Regimento Comum do Congresso Nacional que "na organização da Ordem do Dia, as proposições em votação precederão as em discussão".

V.Exª anunciou para esta sessão uma Ordem do Dia contendo a discussão de três Propostas de Emenda à Constituição, quando existem matérias em regime de urgência, quais sejam, os projetos de decreto legislativo, para cuja votação V. Exª acaba de afirmar que deveria convocar uma sessão.

A minha indagação é a seguinte: V. Exª não acha que deveria ser promovida, inicialmente, a votação de projetos de decreto legislativo, anunciada por uma das Ordens do Dia que nos foram distribuídas, ao invés de se ter procedido, com relação à Ordem do Dia da sessão que está para terminar, à discussão de propostas de emenda constitucional? V. Exª, na organização da Ordem do Dia, não teria observado o art. 34, que diz que as proposições em votação precederão as em discussão.

É a questão de ordem que coloco a V. Exª

O Sr. Darcy Passos — Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Darcy Passos, para contraditar.

O SR. DARCY PASSOS (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a questão de ordem suporia a colocação da matéria, objeto de uma sessão ordenada, de acordo com a precedência fixada pelo art. 34. Seria impossível conceberem-se sessões autônomas e independentes, em que a matéria em votação, numa das sessões, precedesse a proposição em discussão, na outra. V. Exª, a nosso ver, correspondeu bem às determinações regimentais, porque a sessão que está quase a se encerrar apreciou matéria em discussão, e a que se sucederá a esta terá matérias em votação. Então, não houve violação da ordem regimental para a organização da pauta, que prevalece apenas para uma mesma sessão.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Realmente, a resposta que iria dar a V. Exª é exatamente esta: houve duas sessões diferentes.

O Sr. Raul Bernardo — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao Deputado Raul Bernardo, para uma questão de ordem.

O SR. RAUL BERNARDO (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não desejo dialogar com V. Exª, que dá por decidida assim, a questão de ordem, e cabe ao Plenário acatar a decisão soberana da Mesa. Mas deixo patente que não houve observância do art. 34, que diz claramente que, na organização da Ordem do Dia, as proposições em votação precederão as em discussão. V. Exª colocou primeiramente em discussão para deixar para depois a votação de outras proposições.

O Sr. Valmor Giavarina — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao Deputado Valmor Giavarina.

O SR. VALMOR GIAVARINA — (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é uma outra questão V. Exª anunciou que deixaria de convocar uma nova sessão, presumindo que não haveria **quorum**.

Fixo-me, Sr. Presidente, no art. 29 do Regimento Comum

> "À hora do início da sessão, o Presidente e os demais membros da Mesa ocuparão os respectivos lugares; havendo número regimental, será anunciada a abertura dos trabalhos."

V. Exª ppresume que não haverá número. Isto ocorrendo, cairemos no § 1º do mesmo artigo:

> "Não havendo número, o Presidente aguardará, pelo prazo máximo de trinta minutos, a complementação do **quorum**; decorrido o prazo e persistindo a falta de número, a sessão não se realizará."

Sr. Presidente, muitos Deputados e Senadores deixaram este ambiente, porque não quiseram participar — talvez nem ouvir os erros — de uma briga paroquial do Piauí. Se for para seguir à risca o Regimento Interno, parece-me que V. Exª, Sr. Presidente, **data venia**, deveria levantar os trabalhos e aguardar trinta minutos.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Tomei esta decisão, porque não era uma presunção, mas uma certeza. Atendendo ao seu pedido, suspenderei a sessão e acionarei as campainhas por 30 minutos, e V. Exª verá transformada sua presunção na certeza da falta de número.

O Sr. Valmor Giavarina — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Pela ordem, tem a palavra V. Exª

O SR. VALMOR GIAVARINA (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, retiro a questão de ordem levantada anteriormente.

O Sr. Antonio Dias — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Pela ordem, tem a palavra V. Exª

O SR. ANTÔNIO DIAS (PFL — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é sabida e notória a campanha de desmoralização a que temos assistido indiscriminadamente contra V. Exª, o Chefe do Poder Legislativo, contra o nosso ilustre Presidente Ulysses Guimarães, e contra todos nós.

Bem sabe V. Exª que todas as vezes em que nós, modestos Parlamentares, fazemos discurso sobsre assunto que não interessa à imprensa, como o aqui proferido pelo brilhante Deputado José Mendonça de Morais, a imprensa nada publica a seu respeito, sequer uma letrinha. Então, gostaria que V. Exª, como Chefe do Legislativo, usasse do poder que lhe confere o Código Brasileiro e Radiodifusão e recrutasse todas as redes de televisão, e, a imprensa em geral, a fim de que o povo veja o outro lado da medalha, a verdade. Os Parlamentares se encontram a esta hora trabalhando.

Era esta a minha sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Acato a sugestão de V. Exª. V. Exª solicita...

O SR. ANTÔNIO DIAS — ... que V. Exª, usando o direito que lhe é conferido pelo Código Nacional de Radiodifusão, convoque a imprensa para mostrar ao povo o que os jornalistas, os Robertos Marinhos da vida, não publicam porque não lhes convêm: o que fazemos nas Comissões, a luta de determinados Parlamentares nesta Casa, sobretudo discursos como o do Deputado mineiro, meu grande amigo, José Mendonça de Morais.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — V. Exª há de concordar em que não é fácil transformar isso numa medida concreta.

O SR. ANTÔNIO DIAS — Mas V. Exª é Chefe do Poder e tem esse direito.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Sou Chefe de Poder, e realmente há disposição de ordem legal que permite se faça isso uma vez, mas não permanentemente. Iremos providenciar para que, em nome do Congresso Nacional, se possa fazer uma convocação, em rede nacional, das nossas emissoras, para darmos uma satisfação pública do nosso procedimento, fazendo a defesa do Congresso Nacional.

O SR. ANTÔNIO DIAS — É isto o que queremos. Sabemos que V. Exª, tão cioso da defesa do Congresso Nacional, o fará brilhantemente.

O Sr. José Machado (PFL — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Machado.

O SR. JOSÉ MACHADO (PFL — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, **data venia**, quero pedir permissão para discordar de V. Exª, quando declara que a Mesa tem o poder de convocar essa audiência apenas uma vez. Entendo eu que as televisões são concessões do Governo, e se eles têm o direito de utilizá-las diariamente contra o Poder Legislativo, todas as vezes que o Poder Legislativo for atingido, V. Exª, como o Presidente Ulysses Guimarães, terá o poder de convocá-las. Nestas condições, Sr. Presidente, quantas forem as vezes que o Congresso Nacional for atingido, tantas serão as vezes em que lhe será conferido poder por este Congresso Nacional, — pois V. Exª fala por todos nós, — para defendê-lo.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Sr. Deputado, mandarei examinar a matéria. Nas vezes em que isso for possível, procederemos de acordo com a lei.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A decisão que acabo de tomar, no sentido de não convocar outra sessão, é justamente para que possamos dar uma resposta mais concreta e essas increpações, porque, não havendo número como não há, realmente não poderíamos convocar nova sessão. Foi isto que anunciei que iria fazer daqui em diante: não abrir as sessões quando não houvesse número. Havendo número mínimo, abrirei as sessões, de acordo com o Regimento Interno; só quando se tornar evidente, como neste caso, que não havendo número para a próxima sessão, não a convocarei.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às dezenove horas, neste plenário, destinada à leitura da Proposta de Emenda à Constituição nº 71, de 1985, que dá nova redação ao art. 208 da Constituição Federal.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 10 minutos)

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr$ 50,00